

INFORMS

INFORMATIVO
MERCOSHIPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 024/2025
Data: 07/02/2025



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
DESCENTRALIZAÇÃO DE CARGAS NÃO AFETA O PORTO DE SANTOS; ENTENDA	4
PORTO DE ITAJAÍ ANUNCIA MEDIDA PARA BENEFICIAR TRABALHADORES	5
GOVERNO FEDERAL TEM PLANO PARA DESCENTRALIZAR ESCOAMENTO DE GRÃOS NO BRASIL	6
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	7
NOVA REGRA PARA ARMAZENAMENTO DE ENERGIA SAI EM MAIO	7
EDF COMPRA HIDRELÉTRICA DA NEOENERGIA NO PR POR R\$ 1,43 BI.....	8
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	9
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA A PRIMEIRA CONCESSÃO DA HIDROVIA DO RIO PARAGUAI FOI REALIZADA	9
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	11
MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS SE REÚNE COM EMBAIXADOR DA UCRÂNIA PARA DISCUTIR PARCERIAS BILATERAIS... 11	
NO BOM DIA, MINISTRO! SILVIO COSTA FILHO APRESENTA O AMPLIAR, O MAIOR PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA REGIONAL DA AVIAÇÃO BRASILEIRA	12
BRASIL AVANÇA NA LOGÍSTICA COM CONCESSÃO INÉDITA DA HIDROVIA DO RIO PARAGUAI, DIZ MINISTRO.....	13
MINISTRO SILVIO COSTA FILHO DESTACA CRESCIMENTO HISTÓRICO DO SETOR PORTUÁRIO NO BRASIL EXPORT.....	14
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	15
CONCESSÃO DA BR-381/MG COMEÇA COM MÁQUINAS NA PISTA: PRIMEIROS 100 DIAS SERÃO DE TRABALHO INTENSO	15
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES ENTREGA MELHORIAS NA BR-285, EM SÃO LUIZ GONZAGA (RS)	17
BE NEWS – BRASIL EXPORT	17
EDITORIAL – OS DRONES E AS NOVAS FRONTEIRAS PARA A LOGÍSTICA MARÍTIMA	17
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	18
<i>Gol+Azul 1</i>	18
<i>Gol+Azul 2</i>	18
<i>Gol+Azul 3</i>	18
<i>Gol+Azul 4</i>	19
<i>Nova queda do dólar</i>	19
NACIONAL - HIDROVIA DO RIO PARAGUAI: CONCESSÃO DIVIDE OPINIÕES E GERA DEBATES	19
NACIONAL – EVITAR FALÊNCIAS E PRESERVAR EMPREGOS: GOVERNO ACOMPANHA FUSÃO GOL-AZUL.....	21
NACIONAL - MINISTÉRIO DE PORTOS PROJETA CONSULTA PÚBLICA DO TECON SANTOS 10 PARA ESTE MÊS.....	22
NACIONAL - TCU APROVA RESCISÃO E VIA BAHIA DEIXARÁ CONCESSÃO DE QUATRO RODOVIAS	23
REGIÃO NORDESTE - WILSON SONS INICIA TESTES COM DRONES PARA ENTREGAS NO PORTO DE SALVADOR	24
BRASIL EXPORT - SETOR DESTACA IMPORTÂNCIA DA AGENDA DO BRASIL EXPORT EM 2025	25
INTERNACIONAL - PANAMÁ CANCELA ACORDO DA NOVA ROTA DA SEDA EM MEIO A PRESSÃO DOS EUA	26
OPINIÃO – ARTIGOS - INFRAESTRUTURA: 2025 SERÁ O ANO DOS LEILÕES.....	28
BAHIA ECONÔMICA - BA	29
PREFEITURA ANUNCIA REATIVAÇÃO DE MAIS QUATRO LINHAS DE ÔNIBUS ESTA SEMANA EM SALVADOR	29
FÁBRICA DE FERTILIZANTES E DE HIDROGÊNIO VERDE EM CAMAÇARI DEVEM SER RETOMADAS PELA UNIGEL	30
AIR EUROPA PASSA A TER QUATRO FREQUÊNCIAS SEMANAIS NA ROTA SALVADOR-MADRI.....	31
TCE MARCA DATA PARA APRECIÇÃO DA PROPOSTA DE MEDIAÇÃO DA PONTE SALVADOR-ITAPARICA31	
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	32
APS PLANEJA QUATRO CONDOMÍNIOS LOGÍSTICOS PARA DISCIPLINAR TRÁFEGO DE CAMINHÕES NA REGIÃO	32
PORTO DE SALVADOR RECEBERÁ O NAVIO-ESCOLA ESPANHOL JUAN SEBASTIÁN DE ELCANO.....	33
NO URUGUAI, MINISTRO FÁVARO DESTACA TRANSPARÊNCIA E BOAS PRÁTICAS DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA	34
BRASIL INTENSIFICA EXPORTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA ARGENTINA E URUGUAI.....	36
JORNAL O GLOBO – RJ.....	36
QUEM DECIDE SOBRE LICENÇA E EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NA FOZ DO AMAZONAS? MARINA RESPONDE	36
HADDAD DIZ ACREDITAR QUE DÓLAR 'EM PATAMAR ADEQUADO' VAI AJUDAR A REDUZIR PREÇOS E CRITICA ALTA DE JUROS: 'REMÉDIO PRECISA SER NA DOSE CERTA'	37
MINISTRO SÍLVIO COSTA FILHO DIZ QUE O CADE É QUE VAI DECIDIR SOBRE FUSÃO DE GOL E AZUL	39
ENTREVISTA: 'NÃO ADIANTA LULA FAZER COMO BOLSONARO E FICAR O TEMPO TODO FALANDO PARA UMA BOLHA', DIZ HUGO MOTTA	40



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 024/2025
Página 3 de 56
Data: 07/02/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

MOTTA AFIRMA QUE 8 DE JANEIRO NÃO FOI TENTATIVA DE GOLPE E QUE NÃO PODE HAVER 'EXAGERO' NAS PUNIÇÕES.....	42
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	44
CÁLCULOS DA PREVI INDICAM QUE QUASE METADE DA PERDA DE R\$ 14 BI EM FUNDO DE PENSÃO VEIO DA VALE	44
HADDAD DIZ QUE É PRECISO CALIBRAR JUROS PARA CONTROLAR A INFLAÇÃO SEM JOGAR ECONOMIA NUMA RECESSÃO	45
HADDAD DIZ QUE 'DÓLAR ESTÁ PERDENDO FORÇA ANTE O REAL' E VAI AJUDAR A REDUZIR PREÇO DE ALIMENTOS	46
ENERGIA EÓLICA DOS EUA ENFRENTA ENORMES DESAFIOS DIANTE DAS REPRESSÕES DE TRUMP	48
VALOR ECONÔMICO (SP).....	50
PSB E PDT COBRAM ESPAÇOS MAIS RELEVANTES NA ESPLANADA	50
MINISTROS E ZEMA TROCAM FARPAS POR OBRAS DA BR-381.....	52
MAERSK REVERTE PREJUÍZO E TEM LUCRO DE MAIS DE US\$ 2 BILHÕES NO 4º TRIMESTRE	52
SANTOS BRASIL MOVIMENTOU 125,4 MIL CONTÊINERES EM JANEIRO, ALTA DE 11,9% NA COMPARAÇÃO ANUAL	53
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	54
MPOR PLANEJA CONCESSÃO DA HIDROVIA DO PARAGUAI AINDA EM 2025	54
WILSON SONS INICIA TESTES COM DRONES EM SALVADOR	55
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	55
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	55



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

DESCENTRALIZAÇÃO DE CARGAS NÃO AFETA O PORTO DE SANTOS; ENTENDA

Especialistas dizem que infraestrutura local favorece escoamento

Por Bárbara Farias



Maior parte da safra deve permanecer seguindo para o cais santista (Vanessa Rodrigues/ AT)

O Porto de Santos não perderá cargas, mesmo com o plano do Governo Federal, anunciado nesta quinta-feira (7), de descentralizar a distribuição das commodities para exportação para vários portos brasileiros, evitando acúmulo no cais santista. Especialistas ouvidos por A Tribuna afirmam que esse risco é minimizado pela alta demanda e porque Santos tem maior infraestrutura rodoferroviária.

Para o consultor portuário Ivam Jardim, especializado em logística e transportes, “a descentralização do escoamento de grãos não deve impactar o Porto de Santos no curto prazo, pois essa carga só migrará se houver uma alternativa logística ferroviária mais barata, e investimentos ferroviários demandam tempo para sua execução”.

Ele observou ainda que mesmo que parte do volume seja direcionada para portos do Arco Norte, como Itaqui (Maranhão), Santarém e Barcarena, ambos no Pará, o crescimento da produção agrícola garantirá que a movimentação geral continue aumentando. “Resultando em uma redistribuição das cargas entre os portos, e não em uma perda para Santos”.

Jardim ressaltou ainda que “Santos é o porto mais bem servido do País em infraestrutura ferroviária, o que reforça sua competitividade e assegura que, no horizonte imediato, não haverá impactos significativos na movimentação de grãos”.

O diretor da Graf Infra Consulting e professor do MBA de Gestão Portuária da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rodrigo Paiva, entende que é muito difícil alterar a logística de movimentação de grãos em curto e médio prazos.

“O Arco Norte, por exemplo, demorou muito tempo para se consolidar. É necessário que seja criada a infraestrutura para que a logística mude, no longo prazo. Isso não quer dizer que, pontualmente, alguns players não possam procurar alternativas, caso entendam que os atuais terminais não os atendem de forma eficiente”.

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), no ano passado, o Porto de Santos movimentou 43,6 milhões de toneladas de grãos e fertilizantes, entre janeiro e novembro. Esse volume corresponde a 20,3% do total escoado no País nos 11 meses do ano.

Plano

O Governo Federal anunciou um plano de escoamento que abrange investimentos nas malhas rodoviária e ferroviária que servem de corredores da safra no Arco Norte e no Arco Sul/Sudeste.

Na quarta-feira (5), o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, declarou à Reportagem que está alinhado com ao plano do Governo Federal, que visa utilizar toda a infraestrutura nacional para escoar os produtos.

Ele ressaltou que isso não significa que o Porto de Santos perderá cargas. Ao contrário, ele diz que Santos vai continuar com o gráfico crescente de movimentação de cargas, principalmente do agro. E, tendo em vista a safra recorde prevista para este ano, há necessidade da utilização de outras infraestruturas portuárias do País.

A Conab estima que a safra 2024/2025 alcance 322,3 milhões de toneladas de grãos, um aumento recorde de 8,2% em relação à anterior, de 297,8 milhões de toneladas.

O ministro dos Transportes, Renan Filho, apontou, durante a apresentação do Plano de Escoamento, na quarta-feira, que as perspectivas para este ano incluem a ampliação dos investimentos no Arco Norte, de R\$ 2 bilhões para R\$ 2,6 bilhões, e no Arco Sul/Sudeste, de R\$ 1,6 bilhão para R\$ 1,9 bilhão, com a meta de atingir 90% de melhorias na malha rodoviária das duas regiões.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 07/02/2025

PORTO DE ITAJAÍ ANUNCIA MEDIDA PARA BENEFICIAR TRABALHADORES

A carga geral poderá ser operada mesmo durante a atracação de navios de cruzeiros

Por ATribuna.com.br



O Porto de Itajaí fica em Santa Catarina (Arquivos Secom/SPI – Secom/PMI)

A diretoria da Autoridade Portuária de Santos (APS), que comanda o Porto de Itajaí, em Santa Catarina, anunciou nesta quinta-feira (6), em entrevista à imprensa, uma medida que irá beneficiar os trabalhadores portuários avulsos (TPA) do local: a carga geral poderá ser operada mesmo durante a atracação de navios de cruzeiros.

“Foram feitos ajustes para que o cais público possa receber as cargas mesmo enquanto os navios de turismo estiverem atracados, o que vai aumentar a oferta de serviço para os trabalhadores”, anunciou o diretor de Operações da APS, Beto Mendes.

Como era

Até esta quinta-feira (6), toda a operação era paralisada durante a estada de navios de cruzeiros no Porto de Itajaí. O embarque e desembarque de turistas, embora benéfico para o turismo da região, fazia com que a operação de carga geral ficasse prejudicada, o que causava perda de serviço para os avulsos. Na prática, a APS – Itajaí passa a permitir que a movimentação terrestre de cargas no cais público possa continuar mesmo com os berços ocupados pelos cruzeiros.

A medida representa maior agilidade, pois, assim que os navios de cruzeiro desatracam, a carga já estará disponível para embarque, bem como aquela que estiver no pátio poderá ser movimentada.

“É uma ação relativamente simples, mas que traz emprego, renda e benefício para os trabalhadores e operadores portuários e fortalece a relação Porto-Cidade, ao girar a economia”, explica o presidente da APS, Anderson Pomini.

Dragagem

A diretoria da APS anunciou também o início de uma campanha de dragagem, prevista para ser feita em cerca de dez dias, a fim de restaurar o calado operacional do Porto de Itajaí. O equipamento iniciou hoje os serviços e irá dragar o canal de navegação (interno e externo), os berços de atracação e as bacias de evolução.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 07/02/2025

GOVERNO FEDERAL TEM PLANO PARA DESCENTRALIZAR ESCOAMENTO DE GRÃOS NO BRASIL

Medida foi anunciada pelo ministro Silvio Costa Filho e afeta Santos e outros portos
Por **Bárbara Farias**



Navio graneleiro no Porto: Santos movimentou 43,6 milhões de toneladas de grãos e fertilizantes, de janeiro a novembro do ano passado (Alexsander Ferraz/AT)

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, afirmou, durante o anúncio do Plano de escoamento da Safra 2024/2025, nesta quarta-feira (5), em Brasília, que o Governo Federal quer descentralizar o escoamento de grãos nos portos brasileiros, incluindo o de Santos. O plano foi anunciado em conjunto com os ministros Renan Filho (Transportes) e Carlos Fávaro (Agricultura e Pecuária). A safra 2024/2025 é estimada em 322,3

milhões de toneladas de grãos pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), um aumento recorde de 8,2% em relação à anterior, de 297,8 milhões de toneladas.

Segundo a Conab, a soja puxará o crescimento com uma produção esperada de 18,6 milhões de toneladas, 12,6% maior do que a da safra 2023/2024, seguida do milho, com 3,9 milhões de toneladas (3,3%).

De acordo com os dados apresentados por Costa Filho, o complexo portuário santista movimentou 43,6 milhões de toneladas de grãos e fertilizantes, entre janeiro e novembro de 2024, o que representa 20,3% do total do Brasil. O Arco Norte operou 55,53 milhões de toneladas no período e os portos de Paranaguá (PR), São Francisco (SC) e Rio Grande (RS) juntos somaram 43,3 milhões de toneladas (20,08%).

Logística

Em relação ao Porto de Santos, Costa Filho afirmou que o maior ativo portuário do País já chegou a ter quase 60% do escoamento da produção de grãos no Brasil. “Então, na medida em que o Arco Norte e outras regiões brasileiras se fortalecem, vamos tendo a descentralização do escoamento da produção, que é uma prioridade nossa. Esse grande plano logístico vai gerando desenvolvimento de maneira regional”, declarou.

Sobre o comentário do ministro, o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, disse que vê com satisfação a expansão dos demais portos brasileiros. “Quando o Porto de Santos vai bem, o Brasil vai bem. E quando os outros portos vão bem, Santos vai muito bem. Todos atuamos para melhorar a logística e o desenvolvimento econômico e social do País. É nossa corrente comercial cada vez maior e melhor”.

Pomini reiterou que o sistema portuário é nacional e toda a infraestrutura do País deve ser usada para escoar os produtos. “Isso não quer dizer que o Porto de Santos vai perder carga, ao contrário, continuará com o gráfico crescente de movimentação, principalmente do agro. E, tendo em vista a safra recorde prevista para este ano, há necessidade da utilização de outras infraestruturas portuárias do País”.

Melhorias nos corredores

O ministro dos Transportes, Renan Filho, ressaltou os investimentos previstos em obras e em corredores rodoviários e ferroviários por onde a safra é escoada. As perspectivas para este ano incluem a ampliação dos investimentos no Arco Norte, de R\$ 2 bilhões para R\$ 2,6 bilhões, e no Arco Sul/Sudeste, de R\$ 1,6 bilhão para R\$ 1,9 bilhão, com a meta de atingir 90% de melhorias na malha rodoviária das duas regiões.

Para o Corredor Sul/Sudeste, o plano engloba melhoria da malha rodoviária, concessão de cinco trechos rodoviários, conclusão de obras estruturantes e recuperação de rodovias do Rio Grande do Sul.

As principais obras são no Trevão de Monte Alegre, na BR-153/365, em Minas Gerais; duplicação do trecho Toledo-Marechal Rondon, na BR-163, no Paraná; travessia Urbana de Cristalina, na BR-050, em Goiás; duplicação em Navegantes, na BR-470, em Santa Catarina e duplicação em Cristal, na BR-116, no Rio Grande do Sul.

Renan Filho destacou que espera intensificar as obras da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico) para iniciar as operações ainda neste ano, levando milho e soja para o Porto de Santos, “aumentando, nesse primeiro momento, a concentração só um pouquinho por lá”.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 07/02/2025



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

NOVA REGRA PARA ARMAZENAMENTO DE ENERGIA SAI EM MAIO

No futuro, o armazenamento de energia em baterias pode contribuir para diminuir os cortes de geração

Por *Ângela Fernanda Belfort* - angela.belfort@movimentoeconomico.com.br



A expectativa do setor é de que as energias renováveis fiquem mais competitivas com os sistemas de armazenamento em baterias. Foto: Reprodução/Agência Gov

A regulamentação dos sistemas de armazenamento de energia deve ser definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) até maio, segundo o diretor do órgão regulador, Ricardo Tili. A expectativa de muitos empresários do setor é de que isso deixe as energias renováveis mais competitivas e contribuir para que, no futuro, ocorram menos cortes de

geração.

Os cortes de geração são definidos pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e mandam as geradoras de energia, principalmente as usinas eólicas e solares instaladas no Nordeste, reduzirem a produção para evitar impactos, como uma sobrecarga, no Sistema Interligado Nacional (SIN). Estes cortes geraram prejuízos de mais de R\$ 1 bilhão até 2024.

Os sistemas de armazenamento em baterias poderão a energia das usinas fotovoltaicas que é produzida durante o dia para ser consumida durante a noite. No setor elétrico, nem tudo é tão simples, há técnicos que argumentam que as baterias vão trazer impacto no preço da geração solar e eólica.

Ainda de acordo com informações de Ricardo Tili, a Aneel espera divulgar em maio a nota técnica para regulamentação de sistemas de armazenamento de energia. Isso vai ocorrer depois que forem analisadas as contribuições recebidas na consulta pública, que terminou no final de janeiro. Ricardo vai ser o relator desse processo na agência.

Ainda de acordo com o diretor, o armazenamento de energia vai permitir a manutenção da expansão da geração renovável no País. Isso vai beneficiar muito a Região Nordeste, que tem mais de 90% das eólicas do País.

O armazenamento de energia impulsionará novos negócios

A regulamentação também vai gerar novos negócios para as empresas que já estão desenvolvendo produtos como grandes sistemas de baterias que podem ser instalados nas usinas de geração eólica ou solar. O grupo pernambucano Baterias Moura, que tem sede em Belo Jardim, no Agreste do Estado, fabrica grandes sistemas de armazenamento em baterias.

Tanto a energia eólica como a solar são consideradas intermitentes, pelos técnicos do setor, por dependerem de matérias primas, como o vento e a radiação solar, que não estão disponíveis 24 horas por dia. As hidrelétricas e as térmicas são consideradas de energia “firme” pois podem produzir a qualquer hora e não apresentam oscilações bruscas nesta geração.

O armazenamento em baterias também pode trazer outra vantagem ao SIN: diminuir a necessidade de expansão da rede de transmissão e distribuição, trazendo também mais eficiência às linhas existentes.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 07/02/2025

EDF COMPRA HIDRELÉTRICA DA NEOENERGIA NO PR POR R\$ 1,43 BI

A operação envolveu R\$ 1,43 bilhão

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



A operação de venda realizada pelo Grupo Neoenergia precisa passar pela aprovação da Aneel. Foto: Grupo Neoenergia/Divulgação

O Grupo Neoenergia vendeu 70% das ações da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, no Paraná, à estatal francesa EDF. A operação movimentou R\$ 1,43 bilhão, quantia definida como “Enterprise Value”, que inclui o valor da empresa, o

patrimônio e a dívida líquida. O empreendimento gera energia suficiente para abastecer uma cidade com um milhão de pessoas.

O valor da operação pode ser corrigido pela variação do CDI desde 30 de junho de 2024 até a data do fechamento da venda. A transação precisa da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), autoridades de defesa concorrencial com jurisdição sobre as partes e da Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”), entre outros.

A hidrelétrica tem uma capacidade instalada de 350 megawatts (MW) e 172 MW de garantia física. Os 30% de ações que não foram comercializadas pertencem à empresa Copel que não vai deixar a empresa.

A usina entrou em operação em 2019 depois de receber um investimento de R\$ 2,3 bilhões. A concessão do ativo vence em 2049. Localizada no Sudoeste do Paraná, a hidrelétrica gera energia usando a água do Rio Iguaçu entre as cidades de Capanema e Capitão Leonidas Marques.

Comunicado do Neoenergia

O Grupo Neoenergia comunicou a venda com um fato relevante. Segundo o comunicado, a “operação reforça a estratégia de rotação de ativos da Companhia com foco em otimização de portfólio com geração de valor, seguindo a disciplina de capital e simplificação de sua estrutura”.

O conglomerado é dono de três distribuidoras que atuam no Nordeste e são as seguintes: Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Coelba, da Bahia, e Neoenergia Cosern, no Rio Grande do Norte.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 07/02/2025



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA A PRIMEIRA CONCESSÃO DA HIDROVIA DO RIO PARAGUAI FOI REALIZADA

Essa será a primeira concessão de uma hidrovia brasileira. Consulta pública se estende até 23 de fevereiro de 2025



Brasília, 06/02/2025 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizou, nesta quinta-feira (6), a Audiência Pública 18/2024, que trata do aprimoramento dos documentos e da modelagem proposta para a concessão da Hidrovia do Paraguai.

Essa será a primeira concessão hidroviária do Brasil e representa um marco para o setor. A licitação garante, além de ganho em eficiência logística, a diminuição das emissões de gases de efeito estufa.

O diretor-geral da Agência, Eduardo Nery, falou sobre a importância da hidrovia do ponto de vista de movimentação de cargas, do escoamento da safra brasileira e da integração com os países da América do Sul.

Ele também mencionou que o “potencial de vias navegáveis chega a 60 mil quilômetros e atualmente nós só navegamos em 19 mil quilômetros - um terço do potencial - e de modo ineficiente. O que se busca com o modelo de concessões das hidrovias é que a gente tenha essas vias mais adequadas, eficientes e seguras”.

Por sua vez, o diretor da ANTAQ, Alber Vasconcelos, que relatou o processo que trata da concessão, destacou que “chegou o momento da gente mostrar a importância da navegação e do setor aquaviário. Não somente para a comunidade local mas também para o Brasil e para os mercados internacionais”

Alber completou explicando que o projeto de concessão “é 100% verde, ambientalmente viável e tem elementos de resiliência climática. Estamos olhando para a questão ambiental, por isso, esse é um projeto que está muito bem estruturado. O rio já é navegável, mas a concessão vai permitir que o mercado e os usuários tenham previsibilidade na navegação”.

No total, durante a audiência, 20 pessoas contribuíram de forma oral presencialmente e online. O período da consulta pública se estende até o dia 23 de fevereiro de 2025.

Durante a audiência também estavam presentes os diretores da ANTAQ Wilson Lima Filho e Flávia Takafashi; o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho; a secretária-executiva do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), Mariana Pescatori; o secretário Nacional de Hidrovias do MPor, Dino Antunes; e outras autoridades do setor aquaviário.

Contribuições

A documentação completa, incluindo minutas jurídicas relativas à Audiência Pública nº 18/2024 estão disponíveis neste link. Confira a apresentação do projeto de concessão aqui.



As contribuições poderão ser encaminhadas até as 23h59 do dia 23 de fevereiro de 2025, exclusivamente por meio e na forma do formulário eletrônico disponível no site da ANTAQ, não sendo aceitas contribuições enviadas por meio diverso.

Será permitido anexar imagens digitais, tais como mapas, plantas e fotos exclusivamente através do e-mail: anexo_audiencia182024@antaq.gov.br, mediante identificação do contribuinte e no prazo estipulado neste aviso. O envio do anexo em e-mail não dispensa o envio da contribuição por escrito no formulário eletrônico.

Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do formulário eletrônico, poderá fazê-lo utilizando o computador da Secretaria-Geral (SGE) desta Agência, em Brasília/DF, ou nas suas Unidades Regionais, cujos endereços se encontram disponíveis no sítio da ANTAQ.

Sobre a concessão

A Hidrovia do Rio Paraguai compreende o trecho entre Corumbá (MS) e a Foz do Rio Apa, localizada no município de Porto Murtinho (MS), e o leito do Canal do Tamengo, no trecho compreendido no município de Corumbá. A extensão total do projeto é de 600 km.

Nos primeiros cinco anos de concessão, serão realizados serviços de dragagem, derrocagem, balizamento e sinalização adequados, construção de galpão industrial, aquisição de draga, monitoramento hidrológico e levantamentos hidrográficos, melhorias em travessias e pontos de desmembramento de comboio, implantação dos sistemas de gestão do tráfego hidroviário, incluindo Vessel Traffic Service (VTS) e River Information Service (RIS), além dos serviços de inteligência fluvial.

Essas melhorias vão garantir segurança e confiabilidade da navegação. O investimento direto estimado nesses primeiros anos é de R\$ 63,8 milhões. O prazo contratual da concessão é de 15 anos com possibilidade de prorrogação por igual período.

Tarifa baixa e gratuita

Ainda segundo a modelagem, foi definido que somente será feita a cobrança de tarifa para a movimentação de cargas quando a concessionária entregar os serviços previstos na primeira fase do contrato. Em relação ao transporte de passageiros e de cargas de pequeno porte não haverá cobrança de tarifa.

A previsão de tarifa, pré-leilão, é de até R\$1,27 por tonelada de cargas. O critério de licitação pode ser menor tarifa, por isso, esse valor ainda poderá ser reduzido. No entanto, existe a possibilidade, durante a realização da consulta pública, de alteração no critério do certame.

Movimentação

O transporte de cargas do Rio Paraguai, após a concessão, está estimado entre 25 e 30 milhões de toneladas a partir de 2030, o que significa um aumento significativo de movimentação em relação ao praticado atualmente. No ano passado, a hidrovia transportou 7,95 milhões de toneladas de cargas, um aumento de 72,57% em relação a 2022.

Em 2023, as hidrovias foram responsáveis por transportar mais de 157 milhões de toneladas de carga, quase 10% de todo o transporte aquaviário ocorrido no período. Esse volume de carga transportada tem um potencial ainda maior para ser desenvolvido e a busca por investimento privado nesse segmento vai ao encontro da busca por uma maior eficiência logística nacional.

Trafegabilidade

Com a concessão, a hidrovia vai contar com um calado de 3 metros quando o rio estiver cheio e de 2 metros em períodos de seca, o que vai garantir a trafegabilidade das embarcações durante todo o ano, ou pelo menos a maior parte dele.

Levando em consideração as estiagens extremas dos últimos anos, o contrato também prevê a distribuição adequada dos riscos com a criação da Zona de Referência Hidrológica Contratual, que consiste em avaliação estatística do comportamento hidrológico do Rio Paraguai.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** asc@antaq.gov.br

Data: 07/02/2025

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS SE REÚNE COM EMBAIXADOR DA UCRÂNIA PARA DISCUTIR PARCERIAS BILATERAIS

Encontro produtivo abre portas para investimentos e cooperação no setor portuário brasileiro



Ministro Silvio Costa Filho entregando "Carteira de Concessões e Arrendamentos" para embaixador ucraniano, Endrii Melnyk

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, recebeu, na manhã desta quinta-feira (6), o embaixador da Ucrânia no Brasil, Endrii Melnyk, para uma reunião que marca o início de uma promissora parceria bilateral. O encontro evidenciou o interesse de ambos os países em fortalecer laços e explorar oportunidades de investimento e expansão no setor portuário e hidroviário.

No início da conversa, o ministro Silvio Costa Filho expressou sua profunda tristeza pela guerra em curso na Ucrânia e manifestou a solidariedade do povo brasileiro, enfatizando o desejo de que a paz seja restabelecida o mais breve possível.

Em seguida, o ministro apresentou um panorama detalhado do momento positivo que o Brasil atravessa, com destaque para o crescimento da economia, a redução do desemprego e o volume recorde de investimentos no setor de portos, hidrovias e aeroportos, por meio de grandes programas de concessões.

Costa ainda enfatizou que o Brasil está aberto a parcerias com a Ucrânia em diversos setores e apresentou a "Carteira de Concessões e Arrendamentos" do Ministério, que inclui projetos de infraestrutura portuária com grande potencial para atrair investidores estrangeiros.

O embaixador ucraniano, Melnyk, por sua vez, mencionou que, apesar da guerra, a economia ucraniana está em crescimento e que, assim que finalizar, o país europeu vai precisar se recuperar. Com isso, será muito importante o investimento no Brasil, levando investidores brasileiros para o país, com foco em troca de experiências portuárias e hidroviárias.

O ministro Silvio Costa Filho também expressou o interesse do Brasil em ampliar a agenda de parcerias com a Ucrânia, não apenas no setor portuário, mas também em outras áreas como a de fertilizantes, onde o Brasil tem uma grande demanda e vê na Ucrânia um parceiro comercial promissor.

Ao final da reunião, o ministro e o embaixador se comprometeram a manter um diálogo aberto e constante, com o objetivo de construir uma pauta conjunta de trabalho que impulse o desenvolvimento de ambos os países. Serão realizadas novas reuniões para que os acordos bilaterais avancem, entre Brasil e Ucrânia.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 07/02/2025

NO BOM DIA, MINISTRO! SILVIO COSTA FILHO APRESENTA O AMPLIAR, O MAIOR PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA REGIONAL DA AVIAÇÃO BRASILEIRA



Ministro dos Portos e Aeroportos falou sobre ampliação do Voa Brasil, importância do Programa AmpliAR para a aviação regional e dos investimentos públicos e privados em portos

Bom Dia, Ministro - 06/02/25 - Foto: Eduardo Oliveira

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, conversou na manhã desta quinta-feira (6) com a apresentadora Karine Melo, do programa Bom Dia, Ministro, da EBC, e com emissoras de várias regiões do país. Durante a entrevista, o ministro destacou os programas AmpliAR, que visa expandir a infraestrutura aeroportuária regional e melhorar a conectividade, além de impulsionar o desenvolvimento econômico e social do país, e o Voa Brasil, que oferece passagens aéreas a preços acessíveis, de até R\$ 200, para aposentados do INSS. Além disso, abordou o crescimento do setor portuário brasileiro.

Na entrevista, o ministro explicou que o Programa de Investimentos Privados em Aeroportos Regionais (AmpliAR) encontra-se atualmente em consulta pública e foi desenvolvido em conjunto com o Tribunal de Contas da União (TCU) para viabilizar a gestão e a operação de pequenos e médios aeroportos considerados estratégicos. Com um modelo de contratação simplificado, o programa permitirá que as atuais concessionárias dos principais aeroportos do país administrem e invistam nas localidades ofertadas, sendo remuneradas por meio do reequilíbrio de seus contratos principais.

“Esse é o maior programa da aviação regional da história do Brasil. Nos próximos cinco anos, serão mais de 100 aeroportos requalificados, que passarão por reformas, além da construção de novos aeroportos pelo país, com foco na aviação regional. Na primeira etapa, serão 50 aeroportos na Amazônia Legal e no Nordeste, e, posteriormente, mais 50”, explicou o ministro.

Costa Filho ressaltou ainda que esse modelo traz segurança para as gestões estaduais e municipais, que nem sempre podem arcar com os custos de um aeroporto. Além disso, reforçou que a iniciativa fortalecerá e modernizará a aviação brasileira, gerando desenvolvimento no país e estimulando o turismo em todas as regiões. O edital do AmpliAR deve ser lançado em abril.

Voa Brasil

Perguntado sobre o programa Voa Brasil, o ministro afirmou estar satisfeito com a iniciativa e destacou que ela deve ser ampliada neste ano. “Esse é o primeiro programa de inclusão social da aviação brasileira, sem utilização de recursos públicos. É um trabalho de articulação do nosso Ministério com as companhias aéreas, que possibilita aos aposentados viajar pelo Brasil a um custo de R\$ 200”, explicou.

Costa Filho ressaltou que a meta do programa nunca foi comercializar todas as 3 milhões de passagens disponibilizadas pelas companhias aéreas ao longo do ano, mas sim cumprir seu objetivo social e permitir que mais pessoas utilizem o transporte aéreo, algo que já está acontecendo. “Esse programa é voltado para aposentados que não viajaram de avião nos últimos 12 meses. É uma grande oportunidade, que beneficia tanto os aposentados quanto o setor de turismo do país.”

Sobre a possível fusão entre as companhias aéreas Azul e Gol, Costa Filho garantiu que o governo está acompanhando de perto as negociações e que, caso o acordo se concretize, não permitirá

aumentos abusivos no preço das passagens. “O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) é quem decidirá sobre a fusão. Nós, como governo, estamos trabalhando para fortalecer as companhias aéreas no Brasil. Nossa prioridade no momento é garantir que essas empresas não quebrem, evitando impactos negativos na economia brasileira. Por isso, temos buscado diversas alternativas para fortalecer a aviação no país”, destacou.

Portos do Brasil

Ao ser questionado sobre os investimentos no setor portuário, o ministro destacou os aportes financeiros e os leilões em andamento. “Quando assumi o Ministério, conversei com o presidente Lula sobre a importância do setor portuário para o desenvolvimento do Brasil. Ao longo desses dois anos, estamos promovendo o maior volume de investimentos da história do setor. Já foram investidos mais de R\$ 3 bilhões, e, neste ano, devemos investir mais de R\$ 2 bilhões nos portos públicos brasileiros. No setor privado, em três anos de governo, a iniciativa privada e o setor produtivo devem investir mais de R\$ 40 bilhões, o que permitirá a modernização dos portos e fortalecerá o papel do Brasil no cenário global do desenvolvimento”, afirmou.

“Precisamos de portos estruturados para facilitar a exportação e a importação e ampliar os investimentos. O Ministério de Portos e Aeroportos vem promovendo diálogos com o setor produtivo para simplificar, desburocratizar e acelerar empreendimentos. Além disso, estamos estimulando uma agenda de crédito por meio do Fundo da Marinha Mercante (FMM) para fortalecer o setor portuário brasileiro”, concluiu.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 07/02/2025

BRASIL AVANÇA NA LOGÍSTICA COM CONCESSÃO INÉDITA DA HIDROVIA DO RIO PARAGUAI, DIZ MINISTRO

Audiência pública debate desenvolvimento socioeconômico da região com a primeira concessão hidroviária do país



Primeira concessão hidroviária do país - Foto: Vosmar Rosa

O Brasil dá um passo importante na modernização de sua infraestrutura de transportes com a primeira concessão hidroviária do país, referente à Hidrovia do Rio Paraguai. A audiência que chancelou a iniciativa foi realizada na manhã desta quinta-feira (6), na sede da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), em Brasília. A solenidade foi promovida pela Antaq em parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos.

Com a concessão da hidrovia, a previsão é de um aumento expressivo na movimentação de cargas, podendo atingir entre 25 e 30 milhões de toneladas anuais até 2030. O modal hidroviário apresenta um custo inferior ao do transporte rodoviário e ferroviário, representando uma alternativa de menor impacto ambiental para a exportação de grãos, minérios e outros produtos.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou, em seu discurso, a importância da primeira audiência sobre concessão hidroviária no país. “Essa pauta das hidrovias contempla a relevância da sustentabilidade e a necessidade da navegação pelos nossos rios. Tenham certeza da nossa gratidão pelo trabalho e empenho de todos. Essa hidrovia será fundamental para avançarmos no escoamento inédito de ferro no Brasil, além de outros insumos que poderão ser ampliados. Também será um atrativo estratégico para a região”, afirmou o ministro.

A Hidrovia do Rio Paraguai abrange um trecho de 600 km entre Corumbá e Porto Murtinho, no sul de Mato Grosso do Sul. O projeto prevê investimentos iniciais de R\$ 63,9 milhões nos primeiros cinco anos, com foco na infraestrutura e na segurança da navegação. A iniciativa pode servir de modelo

para futuras concessões hidroviárias no país, impulsionando o desenvolvimento de uma malha de transporte mais eficiente e sustentável. O Ministério de Portos e Aeroportos trabalha com a meta de realizar seis concessões hidroviárias até 2026.

Inicialmente, a concessão terá duração de 15 anos, com possibilidade de prorrogação. A expectativa do governo é que a iniciativa melhore a logística de transporte, reduza as emissões de gases de efeito estufa e promova maior eficiência no escoamento da produção da região, alinhando-se à agenda de sustentabilidade do país.

Com o acordo, o transporte de passageiros e cargas de pequeno porte será gratuito, garantindo acessibilidade à população local. Além disso, espera-se que a concessão atraia investimentos privados e otimize a gestão das hidrovias, reduzindo custos logísticos e aumentando a competitividade do agronegócio e da indústria nacional.

Durante a cerimônia, o diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, destacou a parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos. "O dia de hoje é resultado de um trabalho realizado a muitas mãos, pela Antaq, pelo Ministério de Portos e Aeroportos e pela recém-criada Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação, sob a liderança do ministro Silvio Costa Filho", ressaltou.

Prazos:

- Consulta Pública – 1º trimestre
- Envio para o TCU – 2º trimestre
- Leilão – 4º trimestre

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 07/02/2025

MINISTRO SILVIO COSTA FILHO DESTACA CRESCIMENTO HISTÓRICO DO SETOR PORTUÁRIO NO BRASIL EXPORT

Evento em Brasília reuniu lideranças do setor para discutir avanços e desafios da infraestrutura portuária e aeroportuária no Brasil



Evento reuniu autoridades do setor em Brasília - Foto: Eduardo Oliveira/MPor

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, foi o grande destaque do evento Brasil Export, realizado nesta quarta-feira (4), em Brasília. Durante sua participação, o ministro ressaltou o crescimento expressivo do setor portuário em 2024, com um aumento de 5% no valor global e uma expansão de quase 7% nos portos públicos. "Tivemos um crescimento histórico, principalmente no setor de containers, que registrou uma alta de mais de 18%", afirmou.

Costa Filho também enfatizou a importância da integração do setor portuário com a produção agrícola, mencionando os recordes do agronegócio brasileiro. "Hoje tivemos a apresentação do balanço do Ministério da Agricultura e do Plano Safra, que comprovam o protagonismo do Brasil no cenário mundial", destacou.

Em entrevista durante o evento, a secretária executiva do Ministério de Portos e Aeroportos, Mariana Pescatori, ressaltou iniciativas voltadas para a sustentabilidade do setor, como a nova metodologia para apuração das emissões de carbono. "Nosso objetivo é definir metas mais claras para a descarbonização do transporte aquaviário, alavancando parcerias estratégicas com empresas do setor", afirmou.

Já o secretário Nacional de Portos, Alex Ávila, reforçou a relevância dos leilões para a expansão da infraestrutura logística, destacando que, entre 2025 e 2026, serão realizados oito novos leilões voltados ao agronegócio. "Nosso compromisso é garantir que os portos brasileiros tenham capacidade para atender a crescente demanda do setor", pontuou.

No setor aeroportuário, o secretário de Aviação, Tomé Franca, apresentou os avanços do programa Ampliar, que visa expandir a infraestrutura aeroportuária em regiões isoladas, como a Amazônia Legal e o Nordeste. "Estamos ouvindo todos os atores do setor para garantir uma aviação mais acessível e eficiente", explicou.

O Brasil Export é um espaço estratégico para o debate de soluções inovadoras e sustentáveis na infraestrutura logística nacional, reunindo governo e iniciativa privada em prol do desenvolvimento do setor.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 07/02/2025

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

CONCESSÃO DA BR-381/MG COMEÇA COM MÁQUINAS NA PISTA: PRIMEIROS 100 DIAS SERÃO DE TRABALHO INTENSO

Correção de ponte em João Monlevade, recuperação de pavimento, nova sinalização e reforço na iluminação integram plano apresentado ao ministro Renan Filho, durante evento em Belo Oriente



Ministro Renan Filho acompanhou lançamento do Plano de 100 Dias apresentado pela concessionária Nova 381, em Belo Oriente, Minas Gerais - Foto: Márcio Ferreira

As primeiras ações para garantir a segurança de quem trafega pela BR-381/MG tiveram início nesta quarta-feira (6), quando a gestão da rodovia foi assumida pela concessionária Nova 381. Após vencer leilão histórico em agosto de 2024, a empresa deu início a intervenções imediatas com reparos de ponte e pavimento e reforço na iluminação. O conjunto de trabalhos integra o Plano de 100 Dias, apresentado ao ministro dos Transportes,

Renan Filho, durante evento em Belo Oriente, Minas Gerais.

De acordo com ministro, o planejamento é marco para a população e na história da rodovia, pois ao mesmo tempo em que dá transparência a compromissos assumidos, garante que os efeitos positivos das intervenções sejam sentidos nos primeiros meses da concessão. "Um grande diferencial dessa concessão é que, além das obras que começam imediatamente, será iniciado também um diálogo aberto com a sociedade. A empresa vai estabelecer uma comunicação com os municípios ao longo da BR 381, esclarecendo como vai funcionar o projeto, os novos serviços e as melhorias que serão feitas. Além das duplicações, dos contornos e das travessias urbanas, teremos vários outros serviços essenciais, como atendimento médico, câmeras de segurança e Wi-Fi gratuito ao longo de todo o trecho", detalhou o ministro.

Em relação à mão de obra envolvida nos serviços previstos, o ministro Renan Filho recomendou à concessionária Nova 381 que priorize a contratação de mão de obra local. "Certamente, no Vale do Aço, há engenheiros, operadores de máquinas e demais profissionais da construção civil que querem trabalhar. A orientação é valorizar a contratação de mão de obra da região, o que vai gerar mais oportunidades e também fortalecer a economia local", pontuou.



Ações imediatas

A concessão da BR-381/MG vai garantir investimentos da ordem de R\$ 9 bilhões ao longo dos próximos 30 anos.

Conforme o Plano de 100 dias, estão entre as primeiras intervenções:

- Ações de correção na ponte "Torta", localizada em João Monlevade
- Recuperação das sinalizações horizontal e vertical ao longo da estrada
- Roçada e limpeza da faixa de domínio
- Operação tapa buraco
- Limpeza de galerias
- Limpeza da drenagem
- Roçagem da faixa de domínio
- Revitalização dos guardrails

A partir de agosto deste ano, começa a operar o serviço de guinchos e ambulâncias da concessionária e o usuário passará a contar com um sistema permanente de monitoramento, inspeção de tráfego, apoio na rodovia, resgate e atendimento pré-hospitalar. Também será disponibilizado atendimento telefônico para informações sobre a rodovia e bases avançadas de apoio ao usuário.

Já ao longo dos próximos anos, o projeto de concessão da rodovia mineira prevê a duplicação de 106 quilômetros de pistas; construção de 83 quilômetros de faixas adicionais; correção de 51 pontos críticos no traçado; instalação de 20 passarelas para pedestres e recuperação de outras três, além da instalação de um Ponto de Parada e Descanso (PPD) para caminhoneiros.

Sobre o impacto do tráfego durante o período de obras, Renan Filho explicou que estão sendo realizadas análises para minimizar ao máximo os problemas. "Nos esforçaremos para realizar intervenções noturnas nas travessias urbanas, nos trechos mais movimentados e nas obras de arte que receberão os primeiros investimentos. Caso seja necessário interditar uma das faixas, vamos avaliar cuidadosamente a melhor abordagem para garantir a fluidez do trânsito", disse o ministro, acompanhado do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, do governador de Minas Gerais, Romeu Zema, e do diretor-presidente da Nova 381, Marcelo Boaventura, entre outras autoridades.

O trecho da rodovia que passou à administração da Nova 381 possui 303,4 quilômetros e vai de Belo Horizonte a Governador Valadares, atravessando 21 cidades. Esta estrada é considerada uma das mais perigosas do Brasil, devido à alta sinuosidade do traçado e um histórico de manutenção com investimentos aquém do necessário.

Para além da concessão, as ações para transformar a BR-381/MG em "rodovia da vida" incluem a duplicação da rodovia entre Belo Horizonte e Caeté. Esse trecho, no entanto, não entrou no projeto de concessão e as obras ficarão a cargo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), devido ao aspecto urbano das obras e a necessidade de desapropriações. O projeto executivo está em fase final de elaboração.

Menor pedágio

Como forma de assegurar justiça tarifária, o leilão da BR-381/MG manteve por critério o maior desconto sobre o valor do pedágio. Além disso, a cobrança da tarifa pela concessionária terá início somente em 2026, em cumprimento às regras impostas no projeto de concessão pelo Ministério dos Transportes.

Alinhada ao Novo PAC, a Nova Política de Outorga do Ministério dos Transportes ajustou a modelagem dos contratos para promover uma maior disputa pelo sistema, menor impacto financeiro aos usuários e rentabilidade adequada aos concessionários, com garantia de investimentos na ampliação e manutenção das rodovias.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES ENTREGA MELHORIAS NA BR-285, EM SÃO LUIZ GONZAGA (RS)

Investimentos federais garantem mais segurança e mobilidade na rodovia

Compartilhe: [Compartilhe por Facebook](#) [Compartilhe por LinkedIn](#) [Compartilhe por WhatsApp](#)
para Copiar para área de transferência



Interseção tipo rótula fechada em São Luiz Gonzaga (RS) - Foto: DNIT/Divulgação

O Ministério dos Transportes segue avançando na modernização da infraestrutura rodoviária do país e acaba de entregar mais uma melhoria essencial para os usuários da BR-285. Em São Luiz Gonzaga, no Rio Grande do Sul, foi concluída a implantação de uma interseção tipo rótula fechada no km 566 da rodovia, proporcionando mais segurança e fluidez ao tráfego local.

A obra faz parte do conjunto de intervenções realizadas, por meio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), e integra um amplo projeto de reforma de pontos críticos da BR-285. Além da nova rótula, também estão previstos investimentos para a construção de outra interseção no acesso a Caibaté (km 537,8), além da reabilitação do pavimento em um trecho de 10 quilômetros, entre os km 530,9 e 540,9. O Governo Federal investiu aproximadamente R\$ 2,9 milhões, em manutenção e conservação da rodovia.

Rota estratégica

Com 744,3 quilômetros de extensão, a BR-285 conecta Araranguá (SC) a São Borja (RS), na fronteira com a Argentina, onde se liga à Ruta Nacional 14 por meio da ponte internacional sobre o rio Uruguai. Além de ser essencial para a mobilidade de longa distância, a pista desempenha um papel estratégico no escoamento da produção agrícola, no desenvolvimento econômico da região e no fortalecimento do turismo.

Com informações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 07/02/2025



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – OS DRONES E AS NOVAS FRONTEIRAS PARA A LOGÍSTICA MARÍTIMA

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A imagem de drones sobrevoando portos, entregando ou coletando cargas em navios, antes restrita à ficção científica, começa a se tornar realidade no Brasil. Isso é graças à iniciativa da Wilson Sons, em parceria com a Speedbird Aero, de realizar testes com drones no Porto de Salvador (BA), uma nova opção de serviço que irá modernizar a logística portuária e colocar o País na vanguarda da inovação tecnológica no setor.

A adoção de drones para operações portuárias traz uma série de benefícios. A começar pela eficiência operacional, os drones podem realizar tarefas de inspeção, monitoramento e entrega de pequenas cargas de forma mais rápida e segura do que os métodos tradicionais. Além disso, a



tecnologia permite a coleta de dados em tempo real, o que contribui para a otimização de processos e a tomada de decisões mais precisas.

Outro ponto importante é a segurança. Ao automatizar tarefas que envolvem riscos, como a inspeção de tanques e a entrega de materiais em locais de difícil acesso, os drones contribuem para a redução de acidentes de trabalho. A tecnologia também permite a realização de operações em condições climáticas adversas, o que garante a continuidade das atividades portuárias.

A iniciativa da Wilson Sons demonstra o compromisso da empresa com a inovação e com a busca por soluções mais eficientes e sustentáveis para a logística portuária. Ao investir em novas tecnologias, a empresa se posiciona como uma referência no setor e contribui para o desenvolvimento do País.

A adoção de drones em operações portuárias também pode gerar impactos positivos para a economia como um todo. Ao aumentar a eficiência e a produtividade dos portos, a tecnologia contribui para a redução dos custos logísticos, o que pode tornar os produtos brasileiros mais competitivos no mercado internacional. Além disso, a criação de novas soluções tecnológicas pode gerar empregos e estimular o desenvolvimento de startups e empresas de base tecnológica.

É importante ressaltar que a implementação de drones em operações portuárias exige um cuidadoso planejamento e a adoção de medidas de segurança. A regulamentação da aviação civil e a definição de protocolos de operação são essenciais para garantir a segurança das pessoas e das operações.

Em conclusão, a iniciativa da Wilson Sons representa um passo importante para a modernização da logística portuária brasileira. Ao adotar tecnologias inovadoras, como os drones, o setor pode se tornar mais eficiente, mais seguro e mais sustentável. A experiência brasileira nesse campo pode servir de inspiração para outros países e contribuir para o fortalecimento da posição do Brasil como um hub logístico global.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 07/02/2025*

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

GOL+AZUL 1

O Governo Federal calcula que o processo de fusão entre as companhias aéreas Gol e Azul seja concluído em um prazo de 12 meses. A informação foi dada nessa quinta-feira, dia 6, pelo ministro de Porto e Aeroporto, Silvio Costa Filho, durante entrevista no programa Bom Dia, Ministro, transmitido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC). “Esse é o prazo que o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) tem colocado. As companhias aéreas estão no processo de dar entrada na documentação.

A gente está aguardando. Nós já nos reunimos com o presidente da Latam, nos reunimos com o presidente da Azul e com o presidente da Gol”, explicou.

GOL+AZUL 2

Segundo Costa Filho, está prevista para a próxima semana uma reunião da pasta com o presidente do Cade, Alexandre Cordeiro Macedo. “Pra gente poder ir monitorando, acompanhando e fortalecendo”, explicou. “Caso essa fusão venha a acontecer, não vamos aceitar aumentos de passagens que prejudiquem a população. O Cade tem que ter um olhar para isso”.

GOL+AZUL 3

“Mesmo com o aumento do dólar no final do ano passado, nós tivemos uma redução no custo da passagem em 5% de maneira globalizada. O governo está atento a isso. A gente precisa ampliar cada vez mais a aviação brasileira. Essas companhias estão comprando novas aeronaves – em torno de 50 novos aviões, que ingressarão na aviação brasileira. Isso vai ajudar no fortalecimento

da aviação regional do País.”

GOL+AZUL 4

A companhia aérea Azul e a Abras, dona da Gol, assinaram, no último dia 15, um memorando de entendimento para iniciar as negociações para uma fusão. Caso a união se concretize, a nova empresa concentrará 60% do mercado aéreo no país.

Pelo memorando, divulgado ao mercado financeiro, a fusão depende do fim da recuperação judicial da Gol nos Estados Unidos, prevista para abril.

A nova empresa terá três conselheiros da Abra, holding que controla a Gol e a Avianca, três da Azul e três independentes.

NOVA QUEDA DO DÓLAR

O dólar voltou a cair e atingiu o menor valor desde novembro, fechando a R\$ 5,764, com queda de R\$ 0,03 (-0,52%).

Assim como na maior parte dos últimos dias, a cotação iniciou o dia em alta, chegando a R\$ 5,83 por volta das 9h15, mas desacelerou após a abertura dos mercados norte-americanos e passou a cair pouco antes das 11h. Na mínima do dia, por volta das 15h45, chegou a R\$ 5,74.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/02/2025

NACIONAL - HIDROVIA DO RIO PARAGUAI: CONCESSÃO DIVIDE OPINIÕES E GERA DEBATES

Governo defende segurança do projeto, enquanto especialistas alertam para impactos na conservação da bacia

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redenenews.com.br



Participaram da audiência pública autoridades como o diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, o ministro de Portos, Silvio Costa Filho, e o secretário nacional de Hidrovias, Dino Antunes

Em audiência pública realizada na quinta-feira (6), em Brasília (DF), pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), participantes levantaram questionamentos sobre os impactos ambientais da concessão da Hidrovia do Rio Paraguai e cobraram maior envolvimento da comunidade e de entidades locais no processo de

elaboração do edital.

O projeto abrange o Tramo Sul, o Canal do Tamengo e as infraestruturas adjacentes, no trecho entre Corumbá (MS) e a foz do Rio Apa, com uma extensão de 600 km, na região que faz fronteira com o Paraguai (330 km) e com a Bolívia (48 km). O período para contribuições de subsídios e sugestões pelo setor produtivo e interessados vai até o próximo dia 23.

Débora Fernandes Calheiros, representante do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc), questionou o impacto da concessão na hidrodinâmica do Pantanal. Ela criticou a escolha do Rio Paraguai como a primeira hidrovia a ser concedida no Brasil, apontando a vulnerabilidade da planície e os riscos de alteração do fluxo natural da água devido à dragagem prevista no projeto.



“Eu achei até uma ousadia de vocês, do setor de navegação, colocar justamente o Rio Paraguai, que é o principal do bioma Pantanal, para ser a primeira concessão, porque é uma questão muito temerária em relação à conservação de uma planície inundável e à alteração da hidrodinâmica do seu rio principal”.

O engenheiro florestal Mauri Cesar Barbosa Pereira propôs a consideração de outros estudos e dados da bacia hidrográfica realizados pela comunidade local, destacando que a operação do modal tem uma relação de causa e efeito com o ecossistema de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. “Se é para trazer um desenvolvimento sustentável, tem que ser considerado esse conhecimento das entidades, sociedade civil, academia, que podem contribuir e dar confiança (ao processo)”, sugeriu.

Ao todo, 23 pessoas se inscreveram para participar da audiência.

O secretário nacional de Hidrovias, Dino Antunes, disse que o Ministério de Portos e Aeroportos está colaborando com todos os estudos necessários para demonstrar, de forma detalhada, que o projeto não gera impacto ambiental significativos.

“Esse processo é para que a gente tenha uma segurança ambiental no que está sendo feito, para que a gente, com a concessão, consiga trazer exatamente as condições de monitoramento dos fatores ambientais que garantam que esse transporte, que hoje já pode ser feito sem qualquer autorização, seja realizado com o monitoramento rigoroso que o concessionário vai fazer”, afirmou Dino.

Projeto e investimentos

A audiência pública faz parte do processo de participação social para o aprimoramento dos documentos e da modelagem da concessão. O investimento previsto pelo Governo é de R\$63,8 milhões, em um contrato de 15 anos, com possibilidade de prorrogação pelo mesmo período.

De acordo com o escopo divulgado, será responsabilidade da empresa vencedora do leilão, nos primeiros cinco anos da concessão, executar os serviços de dragagem, monitoramento das condições hidrográfica, instalação e manutenção da sinalização náutica, administração e controle do tráfego aquaviário, gestão ambiental, construção de um galpão industrial, melhorias nas travessias e otimização dos pontos de separação de comboios.

O diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, apontou que o Brasil dispõe de um potencial superior a 60 mil km de vias navegáveis, porém, apenas 19 mil km estão em operação. Ele ressaltou ainda que essa utilização ocorre de modo ineficiente.

“O que se busca com o modelo de concessão das hidrovias é que a gente tenha essas vias que necessitamos para a nossa cadeia logística, para escoar nossas mercadorias, para que o transporte de passageiros se dê em condições seguras e eficientes, em uma via adequada”, afirmou.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, informou que, conforme o cronograma da pasta, a orientação é para que a Secretaria Nacional de Hidrovias priorize o projeto assim que receber o relatório final da hidrovia, que será elaborado pela Antaq após o processo de participação social.

“Vamos encaminhar ao Tribunal de Contas da União (TCU) para que a gente possa sonhar que, pelo menos até agosto, isso esteja aprovado”, detalhou Costa Filho. “No Ministério, a nossa previsão é que, no mais tardar em novembro ou dezembro deste ano, a gente possa estar na B3 (Bolsa de Valores) batendo o martelo para a primeira concessão hidroviária da história do Brasil”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 07/02/2025

NACIONAL – EVITAR FALÊNCIAS E PRESERVAR EMPREGOS: GOVERNO ACOMPANHA FUSÃO GOL-AZUL

Ministro de Portos e Aeroportos afirma que prioridade é impedir o fechamento de companhias e garantir estabilidade no setor

Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redebnews.com.br



Costa Filho disse que uma das principais ações da pasta sob sua gestão foi a recuperação das companhias aéreas, o que, segundo ele, aconteceu na Europa e nos Estados Unidos

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, comentou a possibilidade de fusão das empresas Gol e Azul e disse que a prioridade do Governo é garantir que as companhias aéreas não quebrem, o que resultaria em um prejuízo muito grande para a economia brasileira. Segundo ele, a expectativa é que a

decisão da fusão seja definida pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em até 12 meses.

Em janeiro, a Azul e a holding Abra Group, controladora da Gol e da Avianca, assinaram um memorando de entendimento marcando o início de um processo que visa à fusão de seus negócios no Brasil.

Em participação no programa Bom Dia, Ministro, da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), na quinta-feira (6), Costa Filho comentou os possíveis benefícios que a junção das empresas pode refletir para a aviação brasileira.

“Hoje, 63% da aviação brasileira está nas mãos da Gol e da Azul. Estamos falando de mais de 35 mil empregos diretos por essas companhias, fora os empregos indiretos que o setor gera para a economia brasileira. Nossa principal prioridade é fazer com que as empresas possam se preservar e não passar por um processo de concordata, ou seja, quebrarem. Imagina o caos no Brasil se, do dia para a noite, uma companhia aérea fechar”, disse.

Segundo o ministro, em reuniões com os presidentes das respectivas companhias aéreas, a fusão entre Gol e Azul tende a ser positiva para melhorar a governança das empresas, além de trazer benefícios em termos financeiros e modernização das operações.

“A fusão pode trazer uma maior capacidade de poder de fogo para, por exemplo, a compra de motores e insumos nas aeronaves. Isso significa um maior volume de compras para novas aeronaves, além de procurar ampliar cada vez mais a integração de rotas regionais do Brasil”, analisou.

Costa Filho disse que uma das principais ações da pasta sob sua gestão foi a recuperação das companhias aéreas, um processo que, segundo ele, aconteceu em países da Europa e nos Estados Unidos.

“O Brasil agora viabilizou uma agenda de crédito de R\$ 4 bilhões, que vão ajudar as companhias aéreas a passar por um processo de recuperação. O processo é embrionário, mas há um ano para fazer uma avaliação. Nossa prioridade é não deixar que as empresas quebrem e prejudiquem a economia brasileira”.

O ministro explicou que as empresas estão em processo de envio da documentação ao Cade e espera que a decisão seja divulgada em até 12 meses, prazo dado pelo próprio órgão.

“Teremos reuniões marcadas com o presidente do Cade justamente para poder monitorar e acompanhar o processo. Caso a fusão aconteça, não vamos aceitar um aumento das passagens que prejudique a população. É preciso que o Cade tenha um olhar para isso”, argumentou.

AmpliAR

Costa Filho ainda comentou sobre o Programa de Investimentos Privados em Aeroportos Regionais (AmpliAR), que atualmente encontra-se em fase de consulta pública. O objetivo é viabilizar a gestão e operação de pequenos e médios aeroportos que são considerados estratégicos pela pasta.

Com um modelo de contratação simplificado, o programa permitirá que as atuais concessionárias dos principais aeroportos do país administrem e invistam nas localidades ofertadas, sendo remuneradas por meio do reequilíbrio de seus contratos principais.

“Nos próximos cinco anos, serão mais de 100 aeroportos requalificados, que passarão por reformas, além da construção de novos aeroportos pelo país, com foco na aviação regional. Na primeira etapa, serão 50 aeroportos na Amazônia Legal e no Nordeste, e, posteriormente, mais 50”, explicou o ministro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/02/2025

NACIONAL - MINISTÉRIO DE PORTOS PROJETA CONSULTA PÚBLICA DO TECON SANTOS 10 PARA ESTE MÊS

Projeto bilionário será discutido com a sociedade antes do envio ao Tribunal de Contas da União

Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redenenews.com.br



Atualmente, o Porto de Santos pode movimentar até 6 milhões de contêineres. Com o leilão do Tecon Santos 10, a expectativa é de que esse volume seja expandido para 9 milhões

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) deverá lançar neste mês a consulta pública referente ao projeto do Tecon Santos 10, o megaterminal de contêineres localizado na margem direita do Porto de Santos (SP).

O empreendimento é considerado o principal do setor portuário, sendo o maior investimento entre as áreas a serem arrendadas, com previsão de R\$4,5 bilhões.

De acordo com o projeto, o Tecon Santos 10 vai ampliar a capacidade de contêineres movimentados no Porto de Santos. Atualmente, a capacidade do cais santista é de 6 milhões de contêineres. Com o leilão do futuro terminal, esse volume será expandido para 9 milhões de contêineres.

Após a consulta pública, o projeto será enviado para análise do Tribunal de Contas da União (TCU). No ano passado, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, afirmou que a documentação do empreendimento seria encaminhada à Corte de Contas até fevereiro.

Entretanto, o prazo para este processo poderá ser estendido para atender o rito de sessões públicas, contribuindo para o aperfeiçoamento do projeto e permitindo manifestações da sociedade civil.

Conforme a carteira de arrendamentos e concessões do MPor, o leilão do ativo está programado para ocorrer entre outubro e dezembro deste ano.

Processo

O Tecon Santos 10 abrange toda a área do cais do Saboó, que inclui o atual espaço onde está localizado o terminal Ecoporto. O empreendimento é defendido pelos operadores portuários e pela



classe empresarial, uma vez que o Porto de Santos está chegando à sua capacidade total de movimentação de contêineres na atual infraestrutura do complexo portuário.

A viabilização do projeto foi recebida negativamente pela classe trabalhadora portuária, pelo risco iminente do fim das operações do cais público, que está contemplado na área atual do terminal.

Autoridades já se posicionaram questionando as diretrizes do terminal e defendendo um maior diálogo visando aos interesses da cidade de Santos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/02/2025

NACIONAL - TCU APROVA RESCISÃO E VIABAHIA DEIXARÁ CONCESSÃO DE QUATRO RODOVIAS

Dnit assumirá temporariamente a manutenção das BR 116/BA e 324/BA, diz Ministério dos Transportes

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Dnit está elaborando um edital para licitar a contratação de empresas que farão a manutenção dos 676 km das BR 116/BA e 324/BA, conhecidas como Rota do Recôncavo

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou o acordo que formaliza a saída da ViaBahia da concessão das BR 116/BA e 324/BA, conhecidas como Rota do Recôncavo, além das rodovias BA-526 e BA-528. A decisão foi tomada na quarta-feira (5) e resulta de um consenso entre a Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (Secex Consenso), o Ministério dos Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a concessionária. Com isso, o contrato de administração desses trechos será encerrado, e as rodovias voltarão ao controle do Governo Federal.

De acordo com o Ministério dos Transportes, a transição será concluída até as 23h59 do dia 31 de março deste ano. Até essa data, a ViaBahia continuará operando os trechos, incluindo a administração das praças de pedágio, sob supervisão da ANTT. Após esse período, a gestão será transferida para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). A saída da concessionária ocorre após sua adesão à Portaria 848/2023, que estabeleceu critérios para rescisão de contrato após sua adesão à Portaria 848/2023, que estabeleceu critérios para rescisão de contratos com baixa execução ou atraso de obras.

Essa é a primeira vez que uma rodovia concedida com baixo desempenho operacional retorna ao Governo Federal por meio de uma solução consensual. Como parte do acordo, a ViaBahia abrirá mão de disputas judiciais e administrativas que somam mais de R\$ 12 bilhões.

A secretária nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse, ressaltou a importância da retomada das obras. “Esse trecho conecta Salvador a Feira de Santana e segue até a divisa com Minas Gerais. Trata-se da principal ligação entre o Nordeste e o Sudeste, com um papel estratégico no transporte de cargas e passageiros”, explicou.

Pedágio suspenso

Durante o período em que administrar as rodovias, o Dnit será responsável por sua recuperação e conservação e a cobrança de pedágio será suspensa. A autarquia também está elaborando um edital para licitar a contratação de empresas que farão a manutenção de um total de 676 quilômetros das BR 116/BA e 324/BA.

O Ministério dos Transportes já trabalha na modelagem da nova concessão, cujo leilão está previsto para dezembro deste ano. A empresa vencedora deve assumir a gestão das vias no primeiro trimestre de 2026, com um plano de investimentos estimado em mais de R\$ 20 bilhões para duplicações, ampliação de faixas adicionais e outras melhorias na infraestrutura.

Como parte do acordo, a União pagará à ViaBahia um ajuste financeiro de R\$ 681 milhões, em duas parcelas, referente a investimentos não amortizados ou depreciados.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/02/2025

REGIÃO NORDESTE - WILSON SONS INICIA TESTES COM DRONES PARA ENTREGAS NO PORTO DE SALVADOR

Iniciativa pioneira nos portos brasileiros busca aumentar eficiência e segurança nas operações logísticas

Da Redação redacao.jornal@redebenevents.com.br



Segundo a Wilson Sons, a iniciativa busca contribuir para o desenvolvimento do setor portuário por meio da inovação e da adoção de novas tecnologias, como o uso de drones. Foto: Divulgação/Wilson Sons

A operadora logística Wilson Sons informa que iniciou, em janeiro, testes com drones no Porto de Salvador (BA) para realizar entregas e coletas em embarcações. Essa é a primeira vez que veículos aéreos não tripulados são utilizados para esse fim em portos brasileiros. Os drones são da Speedbird Aero, empresa especializada no projeto, fabricação e operação desses equipamentos.

Segundo a Wilson Sons, a iniciativa busca contribuir para o desenvolvimento do setor portuário no Brasil por meio da inovação e da adoção de novas tecnologias. A Speedbird Aero foi a primeira empresa a obter, em 2022, autorização da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para operar sistemas aéreos não tripulados (UAS) além da linha de visão (BVLOS), permitindo voos de longa distância sem contato visual direto entre piloto e aeronave. A empresa também opera em Singapura, país considerado referência em inovação portuária.

“Os testes realizados com drones são um marco de inovação no setor portuário brasileiro, gerando soluções tecnológicas ainda mais seguras, eficientes e sustentáveis. Nossa Agência Marítima, a mais antiga em operação no País, junto a outras áreas da Wilson Sons, se antecipa a mudanças, contribuindo com avanços na infraestrutura portuária e no desenvolvimento nacional”, afirma Flávia Carvalho, diretora-executiva da Agência Marítima da Wilson Sons. Ela acrescenta: “Todas as autorizações e licenças necessárias para a operação foram obtidas com as autoridades competentes, e, assim, a atividade é feita com total segurança garantida pela Speedbird, que é um valor e uma exigência inegociável para a Wilson Sons”.

Inovação

A Wilson Sons também informa que investe continuamente em inovação tecnológica e colaboração com startups para aprimorar suas operações. Desde 2019, a empresa possui uma área dedicada à inovação e, em 2022, participou da fundação do Cubo Maritime & Port, primeiro hub do setor marítimo e portuário na América Latina voltado para o desenvolvimento de novas tecnologias.

Em 2024, a operadora foi reconhecida, pelo terceiro ano consecutivo, como líder em inovação aberta na categoria Transporte e Logística, de acordo com o Ranking 100 Open Startups. A Wilson Sons também figura entre as 150 empresas mais inovadoras do Brasil, segundo pesquisa da PwC, e está no Top 5 do setor de Transportes e Logística, conforme o Anuário Valor Inovação Brasil.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/02/2025

BRASIL EXPORT - SETOR DESTACA IMPORTÂNCIA DA AGENDA DO BRASIL EXPORT EM 2025

Autoridades repercutiram a apresentação do calendário de eventos do grupo, realizada nesta semana, em Brasília

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redenenews.com.br



O ministro Silvio Costa Filho reforçou que uma das metas do Governo Federal é “estar cada vez mais ao lado do Brasil Export”, acompanhando as discussões e iniciativas do setor. Foto: Saulo Cruz/Grupo Brasil Export

Autoridades do setor de logística e infraestrutura apresentaram suas expectativas para o calendário de 2025 do Grupo Brasil Export, divulgado na noite de quarta-feira (5) em Brasília (DF). Com 14 eventos no Brasil e no exterior, o grupo se consolida como um dos principais

espaços de debate sobre o desenvolvimento econômico do país, reunindo lideranças políticas, empresários e especialistas para discutir os desafios e oportunidades do setor.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, reforçou que uma das metas do Governo Federal é “estar cada vez mais ao lado do Brasil Export”, acompanhando as discussões e iniciativas do setor.

O representante de uma das pastas essenciais para a eficiência da logística nacional destacou a importância de criar um ambiente favorável para investimentos, tanto por meio da ampliação das oportunidades quanto pela simplificação de processos burocráticos. Segundo Costa Filho, a meta é facilitar o acesso ao crédito e impulsionar projetos estratégicos “através do Fundo da Marinha Mercante, do programa Navegue Simples, desburocratizando investimentos e fazendo com que avancemos no PAC, com essa grande carteira de leilões que temos ao longo dos próximos dois anos, o equivalente a mais de R\$ 30 bilhões”.



O diretor da ANTT Felipe Queiroz ressaltou a abrangência geográfica dos fóruns do Brasil Export. “Isso significa que você tem uma representatividade importante no fórum”, disse

O diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Felipe Queiroz, ressaltou a abrangência geográfica dos eventos do Brasil Export.

“De norte a sul, de leste a oeste, várias cidades e estados terão o evento. Isso significa que você tem uma representatividade importante no fórum e capta as diversidades econômicas e sociais que representam o país para trazer soluções logísticas

e de transporte, o que não é trivial em um território continental como o Brasil”, disse.

Ao abordar o planejamento da ANTT para 2025, o diretor frisou que a agência foca na atuação com o Ministério dos Transportes para viabilizar a realização de 15 novos leilões de trechos rodoviários.

“Estamos falando em praticamente dobrar a nossa malha concedida, realizando um investimento sem precedentes, principalmente se compararmos com todo o histórico, não apenas dos últimos anos, mas dos 30 anos do nosso programa de concessão rodoviária”, finalizou.

Destruar e avançar com projetos de lei que impulsionem o setor de logística e transportes também é um dos pilares de atuação do Brasil Export. O deputado Tião Medeiros (PP-PR) apontou que os canais de debate dos fóruns ajudam a estruturar propostas em segmentos estratégicos para fortalecer a economia.

“Para ser competitivo, precisa cada vez mais de custos baixos, de ser eficiente naquilo que se propõe a fazer e da infraestrutura para escoar o que a gente produz, além de facilitar a importação daquilo de que dependemos, especialmente no agronegócio”, ressaltou.



O deputado Tião Medeiros apontou que os canais de debate dos fóruns do Brasil Export ajudam a estruturar propostas em segmentos estratégicos para fortalecer a economia

Agenda

O primeiro evento do Brasil Export será o Pernambuco Export, que acontece nos próximos dias 20 e 21, no Recife, abrindo a programação dos fóruns estaduais.

Ao longo do ano, o circuito seguirá pelo Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Tocantins, Piauí, Mato

Grosso, Bahia e Pará, além de contar com edições no Paraguai e na França.

Segundo o CEO do Brasil Export, Fabrício Julião, alguns dos temas em debate serão trabalhados ao longo do ano.

“Nós teremos uma pauta diversa, não só a questão portuária, mas também dos diversos modais e temas transversais, como ESG, tecnologia e a própria questão jurídica”, afirmou. “Agora é trabalhar para que tenhamos projetos, obras e desenvolvimento para o Brasil”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/02/2025

INTERNACIONAL - PANAMÁ CANCELA ACORDO DA NOVA ROTA DA SEDA EM MEIO A PRESSÃO DOS EUA

Programa visa ampliar as conexões comerciais entre a Ásia, Europa, África e América Latina

Por Alexandre Fernandes alexandre.fernandes@redebenews.com.br



A medida foi tomada quatro dias após a visita ao Panamá do secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, que viajou ao país para reforçar a influência de Washington na região

O presidente do Panamá, José Raúl Mulino, anunciou na quinta-feira (6) o cancelamento da adesão do país à Iniciativa do Cinturão e Rota, conhecida como Nova Rota da Seda, um megaprojeto chinês que financia obras de infraestrutura em diversos países. A decisão ocorre após pressões dos

Estados Unidos para reduzir a influência da China no Canal do Panamá, um dos principais corredores comerciais do mundo.

Mulino garantiu que a embaixada panamenha em Pequim “apresentou o documento correspondente” para “anunciar o cancelamento com 90 dias de antecedência”, conforme estipulado no acordo. “Portanto, essa é uma decisão que tomei”, afirmou o presidente durante coletiva de imprensa.

A medida foi tomada quatro dias após a visita ao Panamá do secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, que viajou ao país para reforçar a influência de Washington na região. O presidente Donald Trump ameaçou retomar o controle do Canal do Panamá, sob a justificativa de que a infraestrutura estaria sob crescente influência chinesa.

Em declaração, Mulino demonstrou descontentamento com o acordo firmado em 2017 pelo então presidente Juan Carlos Varela (2014-2019). “Eu não sei quem incentivou na ocasião quem assinou isto com a China”, disse. “O que isso trouxe para o Panamá em todos estes anos? Quais são as grandes coisas? O que essa Iniciativa do Cinturão e Rota trouxe para o país?”, questionou, visivelmente incomodado.

Os Estados Unidos vêm criticando a Nova Rota da Seda, argumentando que o projeto é uma estratégia da China para ampliar sua influência global e representar uma ameaça à segurança internacional. Na segunda-feira (3), Rubio celebrou a decisão panamenha como um “grande passo” para estreitar os laços entre Washington e a Cidade do Panamá.

A China, por sua vez, rebateu as críticas. “A cooperação entre a China e o Panamá no marco da Iniciativa Cinturão e Rota está se desenvolvendo com normalidade e vem obtendo resultados frutíferos”, afirmou o porta-voz da chancelaria chinesa, Lin Jian, na quarta-feira (5).

Conflito com os EUA

O cancelamento da adesão à Nova Rota da Seda acontece em um momento de tensão entre Panamá e Estados Unidos. O Departamento de Estado americano alegou recentemente que as embarcações do governo dos EUA poderiam atravessar o Canal do Panamá sem pagar taxas, o que foi desmentido pelas autoridades panamenhas.

Mulino classificou a afirmação dos EUA como “intolerável” e uma “falsidade absoluta”, e determinou que o embaixador panamenho em Washington adotasse “atitudes firmes” em resposta. “Tenho que rejeitar essa declaração do Departamento de Estado porque ela se baseia em uma falsidade. (...) Isso é intolerável, simplesmente intolerável”, disse o presidente.

A Autoridade do Canal do Panamá (ACP) também desmentiu a afirmação americana, esclarecendo que nenhuma alteração foi feita nas taxas cobradas para embarcações governamentais dos EUA. “Com total responsabilidade, a Autoridade do Canal do Panamá, como indicou, está disposta a estabelecer diálogo com autoridades relevantes dos EUA em relação ao trânsito de navios de guerra provenientes do país”, informou a ACP.

O Panamá se tornou um ponto central na política externa americana, após o presidente Trump acusar o país de cobrar taxas excessivas pelo uso do canal e ameaçar retomar seu controle. “Se os princípios, tanto morais quanto legais, desse gesto magnânimo de doação não forem seguidos, exigiremos que o Canal do Panamá nos seja devolvido, na íntegra e sem questionamentos”, disse Trump no mês passado.

O que é a Nova Rota da Seda?

A Nova Rota da Seda, oficialmente chamada de Iniciativa do Cinturão e Rota, é um megaprojeto de infraestrutura e cooperação econômica lançado pela China em 2013, durante o governo de Xi Jinping. O programa visa ampliar as conexões comerciais entre a Ásia, Europa, África e América Latina, inspirando-se na histórica Rota da Seda, que ligava o Oriente ao Ocidente até o século XVI.

A iniciativa conta com um orçamento trilionário e financia projetos de infraestrutura como estradas, ferrovias, portos, aeroportos, redes de energia e telecomunicações. Atualmente, a China tem

investimentos em 150 países, sendo 21 na América Latina. O Brasil, porém, ainda não aderiu formalmente ao programa, apesar da insistência de diplomatas chineses.

Para os críticos, a Nova Rota da Seda é uma estratégia de Pequim para aumentar sua influência global, levando muitos países ao endividamento e ampliando a presença chinesa em setores estratégicos. Para seus defensores, o projeto representa uma oportunidade de desenvolvimento para países emergentes, facilitando o comércio e impulsionando investimentos em infraestrutura.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/02/2025

OPINIÃO – ARTIGOS - INFRAESTRUTURA: 2025 SERÁ O ANO DOS LEILÕES



RENATO FERNANDES DE CASTRO

Advogado e mestre em Direito e Economia pela Universidade de Lisboa. Sócio da área de Energia e Infraestrutura do Almeida Prado & Hoffmann Advogados. Foi superintendente e assessor da Arsesp e consultor do PNUD

opinio@portalbenews.com.br

O Brasil inicia 2025 com a expectativa de um salto nos investimentos em infraestrutura. O governo federal projeta a realização de quase 90 leilões no ano, mais que o dobro do registrado em 2024, em uma estratégia para atrair capital privado. Com foco especial no setor de transportes e saneamento básico, os projetos podem movimentar cerca de R\$ 175 bilhões. É uma aposta decisiva para a modernização da infraestrutura em meio a desafios fiscais e orçamentários.

O ano de 2024 terminou com cerca de 40 leilões de projetos de infraestrutura concedidos à iniciativa privada. Agora, a administração pública precisa observar alguns pontos fundamentais, como um projeto de estruturação de concessão bem definido, regras que forneçam segurança jurídica aos investidores e um cenário macroeconômico favorável para a sua realização.

Os R\$ 106,4 bi estão concentrados no âmbito de leilões programados pelo Ministério dos Portos e Aeroportos (MPor). Serão pelo menos 87 concessões no setor de infraestrutura de transportes, abrangendo repactuações de contratos antigos e a concessão de 8 novos trechos de estradas que são geridas pelo governo federal. Em 2024, houve 7 leilões rodoviários.

Já no setor portuário, o MPor anunciou que pretende fazer, em 2025, 21 concessões de terminais portuários, com a previsão de R\$ 8,54 bilhões de investimentos, indispensáveis para a logística de recebimento e escoamento de produtos no Brasil. O leilão que mais chama atenção é o da área denominada STS10, no Porto de Santos, que dispõe de investimentos previstos da ordem de R\$ 4 bilhões, podendo ser o maior portuário já feito no Brasil.

No setor de saneamento básico, de acordo com o BNDES e a Abcon Sindicon (Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto), são ao menos 27 leilões em 2025, que devem atrair R\$ 69 bilhões em novos investimentos, em 13 estados.

O cenário macroeconômico do país é desfavorável, principalmente diante do orçamento estatal bastante pressionado pelos crescentes gastos previdenciários e de pessoal. O governo federal não disporá dos recursos financeiros necessários para todos os investimentos previstos no Novo PAC, que segundo anunciado pelo Governo Federal, é da ordem de R\$ 400 bilhões, somente considerando os eixos de transporte eficiente e sustentável (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias) e água para todos, que abrange abastecimento de água, infraestrutura hídrica, revitalização de bacias hidrográficas e água para quem precisa em todos os estados.

O setor de saneamento básico dependerá da iniciativa privada para dar acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário a todos os brasileiros. Segundo dados do Instituto Trata Brasil, em agosto de 2024, cerca de 33 milhões de brasileiros vivem sem água potável e mais de 90 milhões sem coleta de esgoto. Estima-se que seja necessário investir R\$ 509 bilhões para que

o país consiga alcançar a universalização dos serviços prevista para ocorrer até 2033 pelo Novo Marco Legal do Saneamento Básico.

A entrada de recursos privados é essencial. Sob pena de pararmos o desenvolvimento e aprimoramento de setores fundamentais da economia brasileira, como portos, aeroportos, rodovias e saneamento básico, a entrada dos recursos privados poderá ocorrer por meio de novas concessões, parcerias público-privadas (PPPs) e políticas de financiamento de bancos públicos, como BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

Há tensões governamentais que precisam ser sanadas. As causadas pela reforma tributária poderão impactar os setores de infraestrutura e os novos e atuais contratos de concessão. Eles poderão demandar reequilíbrios econômicos.

No setor de saneamento básico, a reforma tributária impactará em 18% as tarifas dos usuários dos contratos de concessão vigentes e dos vindouros. O setor rodoviário calcula o impacto da reforma será de 11% nas tarifas. O setor portuário deverá sofrer o impacto de cerca de doze pontos percentuais de majoração tributária, chegando a 26,5%.

É indispensável que a administração pública resolva as distorções, além de estabelecer um ambiente regulatório favorável de forma que os aportes financeiros sejam efetuados e as infraestruturas aprimoradas, ampliando a qualidade de vida dos brasileiros e o nível de competitividade do país.

Renato Fernandes de Castro, 46 anos, é sócio da área de Energia e Infraestrutura do Almeida Prado & Hoffmann Advogados. É advogado e mestre em Direito e Economia pela Universidade de Lisboa. Atuou em empresas multinacionais, escritórios de advocacia e órgãos públicos. Foi superintendente e assessor da Arsesp (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo) e consultor do PNUD (Programa das Nações Unidas em Desenvolvimento)

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/02/2025



BAHIA ECONÔMICA - BA

PREFEITURA ANUNCIA REATIVAÇÃO DE MAIS QUATRO LINHAS DE ÔNIBUS ESTA SEMANA EM SALVADOR

Por João Paulo - 07/02/2025 12:59 - Atualizado 07/02/2025



Mais de quatro linhas de ônibus foram reativadas esta semana, em Salvador, como medida da Prefeitura de Salvador, por meio da Secretaria de Mobilidade (Semob) de ampliar a rede de transporte, antes suspensas devido à integração com o metrô, para atender as demandas da população. Entre as linhas retomadas está a 1515 (Conjunto Pirajá x Ribeira), uma das mais solicitadas pela comunidade. Suspensa em 2021, a linha voltou a operar nesta segunda-feira, 3, com quatro horários por turno: 4h30, 5h, 5h30, 6h, 11h10, 11h40, 12h10, 12h40, 16h20, 16h50, 17h20

e 17h50.

Outra reativação é a linha 1645 (Alto de Santa Terezinha/Rio Sena x Pituba), parcialmente retomada com a ampliação da linha 1674-01 (Alto de Santa Terezinha/Rio Sena x Estação BRT Hiper) Com isso, os usuários poderão se deslocar diretamente para a Pituba. Além dessas, também desde a segunda-feira, 3, as linhas 1206 (Tancredo Neves x Lapa (via Ogunjá) e 1214 (Engomadeira x Terminal Acesso Norte/Lapa (via Baixa dos Sapateiros) voltaram a operar, com 61 viagens diárias em dias úteis e 32 aos sábados. Não haverá funcionamento aos domingos e feriados.

O vigilante Edson Guerreiro, de 51 anos, morador de Pirajá aprovou o retorno da linha. “Muito bom ter essa linha de volta, vai ajudar muito. A quantidade de ônibus atende, e com ar-condicionado, melhor ainda. Ainda mais em dia de folga, se quiser ir na Ribeira, levar a família para pegar uma praia, aí é bom demais”, declarou.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 07/02/2025

FÁBRICA DE FERTILIZANTES E DE HIDROGÊNIO VERDE EM CAMAÇARI DEVEM SER RETOMADAS PELA UNIGEL

Da Redação - 07/02/2025 17:05



A Unigel, que acaba de encerrar um processo de recuperação extrajudicial e reestruturou dívidas de R\$ 5,1 bilhões, planeja seguir em frente com seu projeto de hidrogênio verde, em paralelo às negociações com a Petrobras em torno das fábricas de fertilizantes na Bahia e Sergipe.

A partir da reestruturação financeira, que trouxe desalavancagem de 60%, o grupo quer voltar a seus projetos de crescimento.

Com isso, parte dos US\$ 100 milhões em recursos novos aportados na Unigel será direcionada para a conclusão da fábrica de ácido sulfúrico, cuja construção foi paralisada na Bahia. A conclusão das obras da fábrica de ácido sulfúrico é um dos pilares de sua recuperação.

O grupo também não desistiu de seguir adiante com o projeto de implantação de uma fábrica de hidrogênio verde em Camaçari.

Além das conversas em curso acerca do projeto com a Petrobras, que arrendou duas fábricas de fertilizantes para a Unigel, há negociações avançadas entre a empresa e uma companhia estrangeira, que tem operações no Brasil, para erguer o empreendimento.

A planta poderia ser erguida na Bahia, com operação independente da fábrica de fertilizantes que pertence à Petrobras. Com a utilização de energia de fonte renovável, seria possível produzir o hidrogênio verde, utilizado como insumo e considerado o combustível do futuro.

Petrobras e Unigel firmaram um acordo de confidencialidade com vistas a desenvolver “oportunidades na área de fertilizantes, hidrogênio verde e projetos de baixo carbono”. Um dos focos dos estudos era a obtenção de amônia verde, usando a estrutura da fábrica de fertilizantes de Camaçari.

O relacionamento entre Unigel e Petrobras, contudo, desandou e as companhias se enfrentam em uma arbitragem, relacionada ao contrato de gás natural que é usado para produção dos fertilizantes nitrogenados nas fábricas arrendadas, de Camaçari e Laranjeiras (SE). As duas fábricas estão paralisadas, porque ficaram economicamente inviáveis com a queda dos preços da ureia (um fertilizante) no mercado internacional. Com informações do Valor Econômico.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 07/02/2025

AIR EUROPA PASSA A TER QUATRO FREQUÊNCIAS SEMANAIS NA ROTA SALVADOR-MADRI

Por Bruna Carvalho - 07/02/2025 11:00



A partir de junho, a Air Europa aumentará de três para quatro o número de frequências semanais que conectam Salvador da Bahia à Europa, por meio do hub estratégico do Aeroporto de Madri-Barajas. Com isso, a companhia consolida sua presença no Brasil e responde à crescente demanda em uma rota na qual opera desde novembro de 2003.

A oferta de assentos em 2025 superará 110.000 lugares, o que deve representar um aumento de 32% em relação ao ano anterior. Em sintonia com esse crescimento, a companhia espera um aumento significativo no número de passageiros transportados. Em 2024, quase 75.000 pessoas voaram com a Air Europa entre Salvador da Bahia e a capital espanhola, um crescimento de 21% em relação ao ano anterior. A taxa de ocupação, mais uma vez, superou 90%.

“Com o aumento para quatro frequências semanais entre Salvador da Bahia e Madri, a Air Europa reafirma sua posição de destaque no mercado brasileiro. Estamos muito satisfeitos em poder garantir a conectividade transatlântica com a Europa e oferecer um serviço que se adapta às necessidades de cada passageiro”, afirma Gonzalo Romero, country manager da Air Europa para Brasil e Argentina.

“A ampliação da conectividade aérea da Espanha com a Bahia é resultado da parceria entre a Air Europa e o Governo do Estado e da alta taxa de ocupação nos voos, motivada pela promoção dos destinos baianos nas principais feiras de turismo da Europa. Entramos num círculo virtuoso, ou seja, quanto mais promoção, mais possibilidade de novas frequências. Antes do início da operação do quarto voo Madrid-Salvador, vamos oferecer capacitação a operadores e agentes de viagens, na capital espanhola, sobre a infraestrutura e atrativos das 13 zonas turísticas baianas. É mais uma ação, visando manter a ocupação das aeronaves em alta”, declarou o secretário de Turismo da Bahia, Maurício Bacelar.

Os voos nessa rota são operados com aeronaves Boeing 787, o modelo mais avançado e eficiente de sua categoria. A frota Dreamliner é uma das principais marcas da Air Europa. Esses aviões conseguem reduzir o consumo de combustível e as emissões em até 25%, além de diminuir o impacto sonoro em 60%. Seu design e tecnologia permitem encurtar em até 40 minutos o tempo de voos de longa distância.

O layout da cabine, com tetos mais altos, janelas 30% maiores e um inovador sistema de renovação do ar, também proporciona mais conforto e descanso aos passageiros em viagens de longa duração. Além disso, os clientes podem desfrutar de uma classe Business exclusiva, acessível por meio de um sistema de lances que permite a qualquer passageiro ter a chance de viajar em uma categoria superior por um preço mais acessível.

Fonte: *Bahia Econômica*

Data: 07/02/2025

TCE MARCA DATA PARA APRECIÇÃO DA PROPOSTA DE MEDIAÇÃO DA PONTE SALVADOR-ITAPARICA

Por Matheus Souza - 06/02/2025 19:00 - Atualizado 07/02/2025

O Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA) irá apreciar em sessão plenária na próxima terça-feira, 11, a proposta de mediação, elaborada por uma comissão de consensualismo, que visa



superar o impasse entre o governo da Bahia e a Concessionária Ponte Salvador-Itaparica acerca do contrato do equipamento.

A sessão terá início às 14h30, e o documento terá relatoria do presidente do TCE/BA, conselheiro Marcus Presídio. Na ocasião, ele fará a leitura do seu voto, e em seguida, os demais conselheiros vão discutir a proposta, e depois o projeto segue para votação.

Esta será a primeira vez que a Corte de Contas vai comandar o procedimento de mediação, que busca estabelecer um consenso entre as partes, de modo a destravar os obstáculos existentes para que o processo, no caso o contrato de parceria Público Privada (PPP) para construção e operação do sistema da Ponte Salvador-Itaparica, tenha seguimento e a obra possa ser executada.

A sessão plenária também poderá ser acompanhada pela internet, uma vez que será transmitida online pelo canal do TCE no Youtube.

Fonte: *Bahia Econômica*

Data: 07/02/2025



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

APS PLANEJA QUATRO CONDOMÍNIOS LOGÍSTICOS PARA DISCIPLINAR TRÁFEGO DE CAMINHÕES NA REGIÃO

Informações: *Autoridade Portuária de Santos (07 de fevereiro de 2025)*



CONDOMÍNIOS LOGÍSTICOS

Clique aqui e confira a apresentação que segue mais detalhes dos projetos dos condomínios logísticos.

<https://sopesp.com.br/wp-content/uploads/2025/02/Condominio-Logistico-Cubatao.pdf>

Neste contexto está o projeto da Ilha do Tatu, em Cubatão, que prevê criação do Parque Guará Vermelho na maior parte do terreno

A Autoridade Portuária de Santos (APS) planeja quatro condomínios logísticos retroportuários nas cidades de Guarujá, São Vicente, Santos e Cubatão, que somam 719 mil m², com capacidade para regular acesso e abrigar 2.820 caminhões. A iniciativa prevê atendimento completo aos caminhoneiros, incluindo assistência médica, entre outros serviços, para dar mais qualidade de vida a estes profissionais e disciplinar o tráfego dos cerca de 8 mil caminhões/dia que chegam à região em função da atividade portuária.

É neste contexto que se insere o condomínio logístico na chamada Ilha do Tatu, em Cubatão, que já foi objeto de chamamento e se encontra em fase de diálogo e ajustes com as autoridades e a comunidade. A estimativa é que o condomínio, que abrigará também o Parque Ecológico Guará Vermelho, em área preservada, terá o potencial de criar 550 empregos diretos, além de gerar R\$ 24,2 milhões em ISS e R\$ 1,5 milhão em IPTU ao ano.



O presidente da APS, Anderson Pomini, que recebeu vereadores de Cubatão na quarta-feira (5/2), informou que a outorga ao privado para implantar e gerir o empreendimento terá duração de 32 anos, a partir de 2028. Pomini deverá se reunir com o atual prefeito de Cubatão, César Nascimento, nos próximos dias.

“Temos que ser responsáveis e pensar no futuro do Porto nos próximos anos e, ao mesmo tempo, organizar o tráfego de caminhões para garantir a fluidez do trânsito nas cidades da região. Não se trata de um projeto isolado para concentrar caminhões em Cubatão, tanto que estamos propondo quatro condomínios retroportuários em quatro cidades. Se nada fizermos, há o risco de um colapso na mobilidade urbana destes municípios, afetando a qualidade de vida da população regional”, afirmou o presidente, que se propõe a dialogar com todos os segmentos da população e autoridades.

Estes condomínios funcionarão como pátios reguladores de acesso ao Porto, permitindo a passagem e o estacionamento de caminhões. Para tanto, receberão obras que incluem serviços de terraplenagem, implantação de piso intertravado, edificações, drenagem, cercamento e iluminação. As edificações abrigarão serviços aos caminhoneiros e também de outras áreas de Governo.

Governo autorizou

A área já faz parte da Poligonal do Porto Organizado e sua destinação e preparação para o empreendimento foi autorizada pela Portaria 541 do Governo Federal, datada de 10 de junho de 2022, assinada pelo então secretário-executivo do Ministério da Infraestrutura, Bruno Eustáquio de Carvalho.

O projeto também foi levado ao ex-prefeito Ademário Oliveira, que também recebeu ofício, em 27 de julho de 2021, da APS, solicitando a compatibilização do condomínio logístico com o zoneamento de Cubatão. O empreendimento terá a vantagem de acesso às rodovias Imigrantes e Anchieta, desafogando o trânsito pesado na área urbana de Cubatão.

O presidente da APS lembra que o projeto é discutido há cerca de uma década e que será cumprido rigorosamente todo o rito de licenciamento ambiental previsto na legislação.

Serão providenciados EIA/RIMA Licença Prévia e de Instalação; estudo ambiental; levantamento dos meios biótico, físico e social; Identificação de impactos ambientais; proposição de medidas de mitigação aos impactos além de compensação ambiental (no mínimo meio por cento do valor do empreendimento); programas ambientais para redução dos impactos, tanto na fase de instalação quanto na fase de operação; programa de monitoramento da qualidade do ar, ruídos e vibrações; programa de gerenciamento de resíduos e efluentes; programa de monitoramento de fauna (que pode incluir acompanhamento do pássaro guará vermelho); programa de gerenciamento da supressão de vegetação; programa de compensação florestal; programa de educação ambiental e comunicação social.

A compensação ambiental prevê a destinação de área equivalente à extensão da área desmatada, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, entre outras ações.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 07/02/2025

PORTO DE SALVADOR RECEBERÁ O NAVIO-ESCOLA ESPANHOL JUAN SEBASTIÁN DE ELCANO

Informações: CODEBA (07 de fevereiro de 2025)

Na próxima sexta-feira (14), o Porto de Salvador será, mais uma vez, o ponto de chegada do navio-escola espanhol Juan Sebastián de Elcano, uma das embarcações de instrução mais antigas utilizadas na formação de futuros oficiais da Marinha da Espanha.

Desta vez, a visita ganha um significado especial, pois entre os tripulantes está a princesa Leonor, herdeira do trono espanhol, que desembarcará pela primeira vez na Bahia. Aos 19 anos, uma princesa integra a tripulação como parte de sua formação militar para se tornar oficial da Marinha



Espanhola, seguindo os passos de seu pai, o rei Felipe VI, que esteve na capital baiana a bordo do mesmo embarque há 37 anos.

Lançado ao mar em 1927, o Juan Sebastián de Elcano é um dos principais símbolos da Marinha da Espanha. O navio, que já deu 11 voltas ao mundo, representa a tradição naval e o patrimônio marítimo espanhol. Durante sua estadia, o embarque estará aberto para visita pública, proporcionando uma oportunidade única para conhecer sua história e estrutura.

Para garantir que tudo esteja pronto para a chegada do navio e os últimos preparativos sejam ajustados, a Autoridade Portuária da Bahia – CODEBA recebeu, nesta quarta-feira (05), a visita do cônsul-geral da Espanha, Ignacio Pérez Cambra, acompanhada do adido de defesa Ramón Liaño Núñez. Com o apoio da Marinha do Brasil e da Guarda Portuária, a comitiva percorreu as instalações do porto e o berço onde o embarque atracará, garantindo que todos os detalhes estejam organizados para receber o navio-escola e a princesa na próxima semana.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 07/02/2025

NO URUGUAI, MINISTRO FÁVARO DESTACA TRANSPARÊNCIA E BOAS PRÁTICAS DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

Informações: Ministério da Agricultura e Pecuária (07 de fevereiro de 2025)

A 59ª Reunião do CAS contou com a participação de ministros e secretários participantes do Conselho: Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai.

Nesta quinta-feira (6), o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, juntamente com os ministros e secretários de Agricultura da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai, participaram da 59ª Reunião Ordinária do Conselho Agropecuário do Sul (CAS), em Punta del Este, no Uruguai.

Na ocasião, o ministro Fávaro destacou o Plano Nacional de Identificação Individual de Bovinos e Búfalos e o Programa Agro Brasil + Sustentável, ambos lançados em dezembro de 2024.

“É um momento de proatividade, para que todos conheçam a legislação brasileira e as práticas dos produtores. Não existe compliance melhor do que esse, mas deixamos claro que são essas as restrições que o Brasil quer estabelecer na negociação sobre a legislação antidesmatamento da União Europeia. Nós temos a nossa legislação e daremos transparência a essas boas práticas, mas não ampliaremos o que ultrapassa a legislação brasileira; a soberania estará em primeiro lugar”, afirmou Fávaro.

A comitiva do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) contou com a presença do secretário-executivo adjunto, Cleber Soares, do secretário de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo, Pedro Neto, do secretário-adjunto, Marcel Moreira, da chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social, Carla Madeira, e da presidente da Embrapa, Silvia Massruha.

A abertura foi feita pelo secretário de Agricultura, Pecuária e Pesca da Argentina e presidente pro tempore do CAS, Sergio Iraeta, que participou por videoconferência, juntamente com os ministros da Agricultura do Chile, Esteban Valenzuela, e da Agricultura e Pecuária do Paraguai, Carlos Díaz. Além do ministro Carlos Fávaro, estiveram presentes os ministros da Agricultura, Pecuária e Pesca do Uruguai e de Desenvolvimento Rural e Terrestre da Bolívia, Juan Flores Lazo.

O primeiro bloco do diálogo foi marcado pelo debate sobre a conclusão do acordo entre a União Europeia e o Mercosul, além da reunião com o Conselho da Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA), onde foi apresentado o pleito de reconhecimento internacional do Brasil como livre de aftosa sem vacinação.

Durante o segundo bloco, foram discutidas estratégias para mitigar os impactos de iniciativas ambientais nas relações comerciais e o acordo provisório da UE sobre o regulamento antidesmatamento. Também houve a apresentação dos avanços do Grupo de Trabalho em Gestão



de Riscos e Seguro Agropecuário, no qual o Brasil é representado pela Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa). No terceiro e último bloco, os ministros deliberaram sobre as importações de leite em pó, incluindo o pedido de investigação antidumping do Brasil.

Um dos temas destruídos no GT foi o seguro agrícola. Fávoro afirmou que este assunto deve ser tratado como uma prioridade, abordando questões como a modernização, a parametrização, a universalização do acesso e até mesmo a discussão sobre a obrigatoriedade para a utilização de linhas de financiamento com subvenção governamental.

Este é um tema de grande relevância para a agropecuária brasileira. O Plano Safra 2025/26 está sendo elaborado com o aperfeiçoamento robusto do seguro agrícola, conforme apresentado pelo ministro Carlos Fávoro. Além disso, ele destacou o uso de ferramentas tecnológicas, como as estações ferroviárias do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet). Fávoro anunciou que o Rio Grande do Sul será o primeiro estado com cobertura total de radares meteorológicos.

“Quando um seguro parametrizado conta com tecnologias disponíveis de previsão climática, ele parametriza o seguro para o produtor. O CAS pode e deve tratar isso como uma prioridade, e o Brasil será sempre um grande parceiro nesse debate para a implementação de um seguro rural mais eficiente para nossos produtores”, destacou o ministro.

A COP30 no Brasil foi outro assunto importante ressaltado. O Mapa apoiará técnicos a Presidência da COP30 na definição da Agenda de Ação em Agricultura e Sistemas Alimentares. Para isso, foi criado o Comitê Executivo da Agricultura e Pecuária no âmbito do Ministério, a fim de facilitar a cooperação e a articulação sobre o tema. O ministro Carlos Fávoro convidou os países do CAS para participarem da COP30.

“Nós vamos fazer o espaço da agropecuária integrada e não um espaço paralelo à COP, onde vamos demonstrar todos os nossos posicionamentos. Um posicionamento unido da agropecuária da América do Sul na COP. Eu acho que já é um passo dizermos os nossos posicionamentos para todo o mundo e não apenas para a comunidade europeia em relação ao meio ambiente”, expressou Fávoro.

A presidente da Embrapa, Sílvia Massruhá, destacou ainda a criação do espaço AgriBr, localizado na Embrapa Amazônia Oriental, ao lado do Hangar, onde será realizada a COP30. O local estará disponível para entidades agropecuárias interessadas e contará com áreas para experiências imersivas, vitrines tecnológicas, diálogos, networking, além de espaço para parceiros e patrocinadores.

Outro ponto apresentado foi na próxima reunião da Junta Interamericana de Agricultura do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), que será realizada em Brasília, em novembro deste ano. “Aqui criamos unidades sobre vários temas e tomamos uma decisão muito importante: a candidatura do novo presidente do IICA. Nosso candidato será Fernando Mattos, que está deixando o Ministério da Agricultura do Uruguai e conta com o apoio do seu país para a candidatura. O Brasil declarou apoio a ele, e estamos juntos nessa jornada. Vamos trabalhar para fortalecer a agricultura da América do Sul, da América Central, do Caribe e da América do Norte”, declarou Fávoro.

CAS

O Conselho Agropecuário do Sul foi criado em 2003, por meio de um Convênio Constitutivo assinado em Brasília. É um fórum ministerial composto pelos ministros da Agricultura de seis países da América do Sul e tem como objetivo principal a coordenação de ações e a definição das prioridades da agenda agropecuária regional.

O CAS busca tomar posições comuns sobre questões de interesse agropecuário e trabalhar em conjunto para implementar políticas e ações acordadas entre os países membros, promovendo o desenvolvimento do setor agropecuário na região.

A missão é promover a integração e a colaboração entre os países membros, fortalecendo o desenvolvimento sustentável da agropecuária, a segurança alimentar e a competitividade do setor na América do Sul.

AGENDA

Ainda, durante a missão oficial, realizaram apresentações da Federação das Associações Rurais do Mercosul (Farm) e da Coordenação das Organizações de Agricultores Familiares do Mercosul (Coprofam). Além de uma rodada de conversa dos presidentes de mecanismos regionais com o Comitê de Sanidade Vegetal (Cosave), Comitê Veterinário Permanente do Mercosul (CVP) e com o Programa Cooperativo para o Desenvolvimento Tecnológico Agroalimentar e Agroindustrial do Mercosul (Procisur).

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 07/02/2025

BRASIL INTENSIFICA EXPORTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA ARGENTINA E URUGUAI

Informações: AgroMais (07 de fevereiro de 2025)

Com a melhoria nas condições de fornecimento de energia elétrica e a menor necessidade de acionamento de usinas termelétricas, o Brasil ampliou a exportação de eletricidade para os países vizinhos. Em janeiro, a energia enviada foi predominantemente de origem termelétrica, mas, com a recuperação dos reservatórios, a tendência é que os embarques também incluam excedentes da geração hidrelétrica que não podem ser armazenados.

Na última segunda-feira (3), o volume exportado atingiu 1.093 Megawatts-médios (MWmédios), sendo 77% destinado à Argentina e 23% ao Uruguai. Esse montante equivale à geração termelétrica de toda a região Sul do Brasil no mesmo período.

As exportações seguem as normas condicionais pelas Portarias GM/MME nº 49/2022 e nº 86/2024, que regulamentam o intercâmbio de eletricidade entre os países. Além de otimizar o uso dos recursos energéticos e da infraestrutura disponível, essa estratégia gera receita para agentes do setor e consumidores brasileiros, reduz custos internos e fortalece as relações comerciais e diplomáticas com os países vizinhos.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

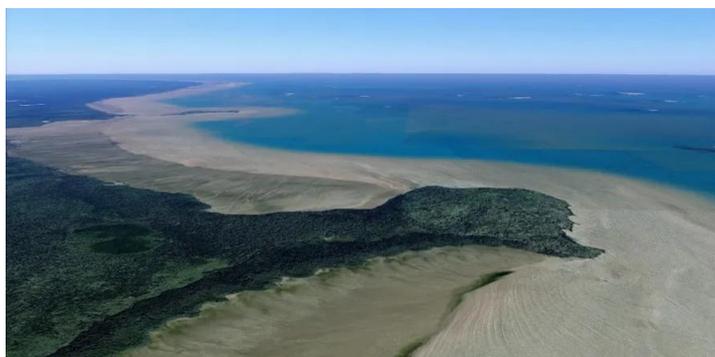
Data: 07/02/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

QUEM DECIDE SOBRE LICENÇA E EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NA FOZ DO AMAZONAS? MARINA RESPONDE

Por Míriam Leitão



Técnicos do Ibama avaliam a liberação de licença para exploração de petróleo na Margem Equatorial — Foto: Reprodução / Google maps

O assunto de explorar ou não petróleo na Margem Equatorial, mais precisamente no mar da Amazônia, voltou à tona com as declarações do novo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que é do Amapá, em favor da exploração do petróleo na região.



Circularam informações de que o presidente Lula estaria pressionando a ministra Marina Silva para liberar a licença pedida pela Petrobras e inclusive teria chamado a ministra para pressionar sobre esse tema.

A informação que apurei junto a fontes do governo é que o presidente Lula nunca pressionou a ministra Marina sobre a Margem Equatorial, nem a chamou agora para falar do assunto. Publicamente, Lula defendeu a ministra dizendo que a responsabilidade não era dela, mas, ao mesmo tempo, defendeu a exploração do petróleo lá.

No Ministério do Meio Ambiente o que se garante é que o assunto de liberar ou não a pesquisa de exploração da bacia da Foz do Amazonas está entregue aos técnicos.

A ministra Marina Silva divulgou um posicionamento oficial dizendo que é preciso separar as competências e esclarecer a quem cabe decidir o que nessa questão. Sobre a licença, ela disse o seguinte: "Não cabe a mim, como ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, exercer qualquer influência sobre essas licenças do contrário não seriam técnicas".

Mas e se a pesquisa encontrar petróleo, quem vai decidir explorar ou não? Ela disse também que não cabe ao MMA definir o caminho da política energética. Segundo ela, essa seria atribuição do Conselho Nacional de Política Energética, um conselho de ministros chefiado pelo Ministro das Minas e Energia.

São duas decisões pendentes. Primeiro, a Petrobras pediu para fazer um furo para saber se tem petróleo. É um furo de cinco mil metros. E fazer o furo ou não, e de que forma, isso está entregue aos técnicos do licenciamento. Não é nem ao Ibama, nem à ministra. Após constatada a presença do petróleo, é que vai se decidir se o Brasil vai explorá-lo. Decisão de política e de política energética.

O que Marina diz é que é um assunto de "alta complexidade". E que o presidente concorda com isso. Tanto que, em vez de inserir o assunto no PAC, logo que reassumiu em 2023, mandou para análise dos técnicos do Ibama.

A situação está nesse pé: a Petrobras já deu declaração de que cumpriu todos os pedidos do Ibama e aguarda a liberação. Tem dito que precisa daquele petróleo. O presidente Lula defende publicamente a exploração. O senador Alcolumbre vai reforçar a pressão, como deixou claro nos primeiros dias do seu novo mandato na presidência do Senado. Alexandre Padilha, ministro de Minas e Energia, já disse que é a favor. A ministra Marina garante que não é ela que decide, nem mesmo o presidente do Ibama, mas os técnicos que estão analisando todos os riscos e necessidades de proteção envolvidos.

O Brasil, por sua vez, prepara na Amazônia uma COP em que o tema central é que compromisso os países vão fazer para abandonar os combustíveis fósseis. Isso num tempo em que nos Estados Unidos o presidente Donald Trump diz: "drill baby drill". Ou seja, vamos perfurar, perfurar.

Mas o que me garantiram é que não tem pressão de Lula sobre Marina. É bom lembrar que esse assunto não surgiu agora. Em 2018, o governo Temer, que não era particularmente conhecido pelo seu ambientalismo, negou autorização para a pesquisa. Agora, a Petrobras disse que fez um trabalho muito mais complexo atendendo aos pedidos dos técnicos. Vamos acompanhar. Isso dará ainda muita discussão.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 07/02/2025

HADDAD DIZ ACREDITAR QUE DÓLAR 'EM PATAMAR ADEQUADO' VAI AJUDAR A REDUZIR PREÇOS E CRITICA ALTA DE JUROS: 'REMÉDIO PRECISA SER NA DOSE CERTA'

Ministro da Fazenda diz que governo tem adotado medidas para que cotação da moeda recue após ultrapassar a casa dos R\$ 6

Por Bernardo Lima — Brasília



Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, durante entrevista à Míriam Leitão — Foto: Diogo Zacarias/Ministério da Fazenda

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta sexta-feira acreditar que o dólar deve chegar a um "patamar adequado", o que vai ajudar a reduzir preço da inflação "nas próximas semanas". Haddad ainda criticou a política monetária conduzida pelo Banco Central (BC), que elevou a taxa básica de juros, a Selic, para 13,25% ao ano.

Segundo ele, a cotação da moeda americana, que passou dos R\$ 6 no fim do mês passado, mas recuou e ontem encerrou em R\$ 5,76, menor patamar desde novembro, tem influência direta nos preços de produtos no país.

— Quando o produtor está recebendo mais em reais em virtude do dólar ter se apreciado, isso acaba tendo impacto nos preços internos. Então a política que nós estamos adotando para trazer esse dólar em um patamar adequado também vai ter reflexos no preços nas próximas semanas — disse o ministro em entrevista à Rádio Manhã Cidade, de Caruaru, nesta sexta-feira.

Haddad também criticou a subida a alta de juros conduzida pelo BC, que elevou taxa Selic em 1 ponto percentual, de 12,25% para 13,25% ao ano em janeiro. Para o ministro, a política fiscal deve ser tratada como um "remédio", que precisa ser aplicado na hora e dose correta.

— Se você está tendo um repique inflacionário você precisa corrigir. O remédio para corrigir a inflação é aumentar a taxa de juros para inibir a alta de preços. Mas tudo isso precisa ser feito da maneira correta, na dose certa, que nem antibiótico, você não pode tomar a cartela inteira em um dia, nem pular horário ou tomar menos ou mais do que você precisa. Então a política monetária tem que ter muita sabedoria para você conduzir, você não pode deixar problemas e crescimento da economia, não pode jogar o país numa recessão — afirmou o ministro.

Além dos alimentos, o ministro afirmou que uma redução na cotação do dólar também fará com que os preços dos combustíveis "voltem ao normal".

— Com o dólar voltando ao normal depois da eleição do Trump, você pode observar que teve uma disparada do dólar, e a gente importa gasolina e diesel, e isso tem reflexo no preço.

Os preços da gasolina e diesel aumentaram a partir do último sábado, 1º de fevereiro. A alta foi provocada em todo o Brasil por causa de uma mudança na forma de calcular o imposto estadual, o ICMS, que incide sobre o valor do litro e aumenta o que é cobrado do motorista no visor das bombas.

Medidas contra inflação

Prioridade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o governo ainda estuda quais medidas serão tomadas para baratear os alimentos. Algumas ações, no entanto, já foram anunciadas por ministros.

Ao final de janeiro, o ministro da Casa Civil, Rui Costa disse que o governo vai reduzir o imposto de importação de alimentos que estiverem com o preço mais alto no Brasil do que no exterior.

— Se os preços desses produtos no mercado internacional estiverem mais baixos do que no mercado nacional, isso será rapidamente analisado e a alíquota de importação desses produtos será reduzida. Ou seja, os produtos que estejam com o preço interno maior do que o preço externo, nós

atuaremos na redução de alíquota para forçar o preço a vir pelo menos para o patamar internacional — disse Costa.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também citou que a regulamentação de mecanismos para aumentar a competição em cartões de refeição e alimentação podem ajudar a baratear os preços para o consumidor. Hoje, as taxas cobradas no VR e no VT são elevadas e pesam sobre os lojistas. Mas a regulamentação do tema está travada há mais de dois anos, com uma queda de braço entre a Fazenda e o Banco Central sobre quem deve tratar do assunto.

Estratégia de comunicação

Na segunda-feira da semana passada, a pesquisa Genial/Quaest mostrou que o índice de aprovação ao governo Lula recuou cinco pontos, de 52% para 47%, e ficou pela primeira vez atrás do percentual dos que reprovam a atual gestão. Segundo o levantamento, 49% agora dizem desaproveitar o presidente, dois pontos a mais do que o índice dos que aprovam.

Haddad: '(juro) é que nem o antibiótico, não pode tomar nem mais do que você precisa, nem menos' O governo vê o aumento do preço dos alimentos e a crise envolvendo o PIX como os principais responsáveis pelo tombo na aprovação da gestão. O Planalto aposta na mudança da comunicação, com a substituição do petista Paulo Pimenta pelo publicitário Sidônio Palmeira na Secretaria de Comunicação Social (Secom), para reverter o quadro.

Sidônio assumiu um dia antes de o governo decidir recuar na portaria do Pix, em 14 de janeiro, com o compromisso de intensificar a atuação do governo nas redes sociais, de olho no enfrentamento ao bolsonarismo e à disseminação de fake news. Ele defende que mentiras e desinformações têm criado uma "cortina de fumaça" que impede que as ações da gestão cheguem à população brasileira, e que a gestão precisa saber se antecipar a isso.

Na entrevista desta sexta, o ministro Fernando Haddad adotou uma postura de contrapor os dados apresentados pela economia brasileira atualmente com os que foram registrados durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

— Em quanto estava a taxa de desemprego dois anos atrás? Em quanto estava a taxa de inflação dois anos atrás? Quando estava o salário mínimo dois anos atrás? Não estou pedindo para lembrar coisas de dez, quinze anos atrás. Estou pedindo para lembrar de coisas de dois anos atrás. Obviamente que estou reconhecendo, o PT é o primeiro a reconhecer, que temos muito a fazer, muito a recuperar do que foi destruído, estamos trabalhando dia e noite para isso — disse o ministro.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 07/02/2025

MINISTRO SÍLVIO COSTA FILHO DIZ QUE O CADE É QUE VAI DECIDIR SOBRE FUSÃO DE GOL E AZUL

Por Agência O Globo – RJ



O ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

O ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, procurou o blog para dizer que não se posicionou a favor da fusão de Gol e Azul, e afirmou que compete ao Cade decidir sobre este assunto.

Abaixo a nota do ministro:

"O ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, tem reafirmado, desde o primeiro momento, que

competite ao Cade deliberar sobre uma eventual fusão das companhias Gol e Azul, que possui instrumentos necessários para coibir qualquer conduta que viole a competitividade no mercado brasileiro.

Durante entrevista concedida nesta quinta-feira, ao programa Bom Dia Ministro, reiterou este posicionamento e afirmou esperar que a decisão seja tomada em torno de 12 meses. Em nenhum momento se posicionou favorável a uma eventual fusão, mas, como responsável pela adoção de políticas públicas para o setor, entende ser importante cada vez mais ter um olhar para o fortalecimento das aéreas no Brasil.

O Ministério de Portos e Aeroportos tem dialogado com os dirigentes das respectivas companhias aéreas para compreender o projeto das duas empresas, que não descartam a possibilidade de continuarem atuando de maneira independente.

A prioridade do Ministério, neste momento, é continuar fortalecendo a aviação no Brasil e evitar situações que prejudiquem a população brasileira. Dar condições para o funcionamento sustentável destas empresas impacta positivamente a economia nacional, especialmente o turismo de negócios e o turismo de lazer"

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 07/02/2025

ENTREVISTA: 'NÃO ADIANTA LULA FAZER COMO BOLSONARO E FICAR O TEMPO TODO FALANDO PARA UMA BOLHA', DIZ HUGO MOTTA

Novo presidente da Câmara afirma que governo tem 'vacilado' em tomar decisões necessárias na economia e detalha proposta ao Supremo Tribunal Federal para destravar emendas parlamentares

Por *Renata Agostini e Thiago Bronzatto* — Brasília



Presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta em seu Gabinete — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

O novo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), avalia que o presidente Lula não pode ficar refém de ideologias e "o tempo todo falando para uma bolha que o faz errar". Em entrevista, o parlamentar antecipa a proposta que pretende levar ao ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), para solucionar o impasse sobre as emendas que estão suspensas. Ele irá sugerir a aplicação das regras de transparência que valeriam a partir de 2025

ao que foi indicado pelos deputados e empenhado em 2024.

O senhor diz ser necessário unir direita e esquerda. Como isso será possível no debate da proposta de anistiar os condenados pelos atos golpistas de 8 de Janeiro?

É um tema que dificilmente teremos consenso. A pauta da anistia cria tensão com o STF e Executivo. Não podemos inaugurar o ano legislativo gerando mais instabilidade. Teremos de, em algum momento, em diálogo com o Senado, combinar como faremos com esse tema. Vamos sentindo o ambiente na Casa. Não faremos uma gestão omissa. Enfrentaremos os temas, mas com responsabilidade e sem tocar fogo no país.

Lideranças do PL garantem que o senhor se comprometeu a pautar o projeto de anistia. Esse acordo foi feito?

Fomos instados por ambos os lados. Na conversa que eu tive com o presidente Bolsonaro, em um determinado momento, ele falou: "Eu queria que, se houver o acordo no colégio de líderes e se houver o ambiente na Casa, você não prejudique a pauta da anistia". Na reunião com o PT, falaram:



“Olha, essa pauta da anistia não pode andar. É uma pauta ruim e é uma pauta que nós não concordamos”. A nossa eleição foi construída do ponto de vista de uma convergência. Vamos sentindo o ambiente na Casa para que, a partir daí, se decida.

Na Câmara, há deputados usando peruca, dando tapas e travando uma guerra de bonés. O que o senhor pretende fazer para manter o decoro?

A guerra dos bonés não produzirá soluções e é ruim para a Casa. Vai contra o ritual do exercício do mandato. Vamos prezar para que isso não volte a acontecer e cobrar certo código de postura dentro do plenário, porque não é o que a sociedade quer. Com a proximidade da eleição em 2026, a temperatura deve subir. O exercício da presidência é ainda mais desafiador.

O senhor se posicionou a favor de alterações na Lei da Ficha Limpa. Isso não seria um retrocesso num projeto aprovado pelo Congresso?

Não há dessa presidência compromisso ou desejo de se mudar a lei. Se essa matéria for trazida, por exemplo, pelo PL, do presidente Jair Bolsonaro, vamos levar ao colégio de líderes. Agora, com eleição de dois em dois anos, não reconhecer que oito anos de inelegibilidade é muito tempo é não reconhecer a realidade democrática do país. Quatro eleições é uma eternidade.

O senhor defende que a transparência dos três Poderes “tem que ser total”. Por que até hoje não se tem acesso total às informações sobre a destinação das emendas parlamentares?

O Legislativo é o mais transparente de todos os Poderes. A questão das emendas tem sido desvirtuada. Sou do interior da Paraíba. Quanto mais recursos eu puder levar para lá, melhor para mim. Faço questão de divulgar. A transparência não pode ser relativa. Não podemos ter o Executivo com sigilo de 100 anos. Não vamos admitir que seja exigido apenas para nós, porque denota que estamos abaixo dos demais Poderes. Não estamos. O STF, grande bastião e defensor da democracia, não ficará contra o Judiciário ser mais transparente.

O senhor enviou R\$ 10 milhões para Patos, cidade da Paraíba onde seu pai foi reeleito como prefeito. Nem todo município na região recebeu esses recursos. Isso gera um desequilíbrio?

De forma alguma. Se quer indicar recursos ao Orçamento, tem de se filiar a um partido, se candidatar e se eleger. É prerrogativa parlamentar. Consegui R\$ 10 milhões para Patos porque foi a cidade que me deu as maiores votações, assim como levei recursos a outros municípios.

Qual será sua proposta ao STF para resolver o bloqueio das emendas?

Temos uma lei aprovada pelo Congresso, sancionada pelo Executivo e que foi dialogada com o Poder Judiciário. Penso que a solução seria trazer transparência para o que foi empenhado em 2024 em cima dessa nova lei, que valeria a partir de 2025. Tenho conversado com ministros do Supremo e sentido interesse em vencer essa pauta. Para o Executivo também é importante. A governabilidade está diretamente ligada ao Orçamento. É o que os deputados precisam para justificarem apoio a pautas difíceis de serem aprovadas. Essa tensão não interessa a ninguém.

Há uma série de iniciativas no Congresso para limitar o poder do STF como encurtar mandatos e limitar decisões individuais de ministros. O senhor concorda com elas?

É natural pelo nível de tensão que tivemos nos últimos anos, com decisões duras que incomodaram bastante os parlamentares. É muito ruim quando um Poder tenta emparedar ou acuar outro. O Legislativo jamais se ajoelhará ao Supremo. São medidas de reação a decisões que poderiam ter sido evitadas. Existem exageros. Será uma constante daqui para frente se essas decisões continuarem.

No caso do Marco Civil da Internet, o julgamento no STF ocorre diante da inação do Congresso. O senhor pretende pautar a regulação das redes?



Não é atribuição do STF legislar. Não estamos obrigados a legislar sobre qualquer tema no momento em que é trazido pela sociedade. A Casa pode entender que não é prioridade. É uma decisão política também. Acho até que temos de discutir, mas é um tema complexo na Casa.

O Senado aprovou a regulação da Inteligência Artificial. O senhor pretende dar sequência a esse projeto?

Antes de encerrar seu mandato, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, nos pediu para priorizar o tema. Diversos parlamentares também têm nos procurado. Queremos e vamos avançar nessa discussão. Vamos colocar na ordem do dia, porque é uma pauta mundial. É inegável a força que a Inteligência Artificial tem tido, inclusive mudando de forma significativa a vida das pessoas.

Das medidas prioritárias que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou ao Congresso, quais terão dificuldades para avançar?

Noto receio na Casa com aumento de carga tributária. Passamos dois anos ajudando com projetos que elevaram a arrecadação. Só que o problema não está apenas na arrecadação, mas na responsabilidade com os gastos públicos. É uma pauta que o governo tem dificuldade em avançar.

Se o objetivo é o ajuste fiscal, cabe aumentar a faixa de isenção do imposto de renda?

Quem não quer aprovar isenção para a grande maioria da população? É pauta fácil de ser votada. Mas qual será a consequência? Vai trazer mais estabilidade fiscal? As pessoas estão recebendo o salário mínimo, mas não conseguem encher o prato em casa. Temos um cenário de alta de alimentos, com moeda fraca, poder de compra da população sendo corroído. Temos de encarar de maneira responsável e não estar atrás de discurso populista, eleitoreiro. Já vimos esse filme antes e ele não acaba bem.

O presidente do PSD, Gilberto Kassab, disse que Haddad é um ministro fraco. O governo está errando na economia?

O ministro Haddad é uma grata surpresa no governo. A agenda que ele defende é positiva, mas muitas vezes ele fica vencido na decisão política tomada pelos ministros que estão no Palácio e, claro, pelo presidente da República. Isso não tem ajudado na condução da economia. Vamos procurar ajudar a agenda do ministro naquilo que concordamos.

O presidente do seu partido, Marcos Pereira, disse que o governo Lula está sem rumo e que a “tendência” é estar com a centro-direita em 2026. O senhor concorda com ele?

Vejo pontos positivos, como o Pé-de-Meia, o Minha Casa Minha Vida, os leilões. Agora, do ponto de vista econômico, o governo tem vacilado e deixado de tomar decisões necessárias. Isso tem trazido instabilidade. Não podemos, em um país complexo como o Brasil, ficar refém de posicionamentos ideológicos. Quem mais precisa quer resultado. O governo precisa entender isso. Não adianta Lula fazer o que Bolsonaro fez e ficar o tempo todo falando para uma bolha que o faz errar. Não tem governo que traga crescimento sem discutir responsabilidade com as contas públicas.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 07/02/2025

MOTTA AFIRMA QUE 8 DE JANEIRO NÃO FOI TENTATIVA DE GOLPE E QUE NÃO PODE HAVER 'EXAGERO' NAS PUNIÇÕES

'Você não pode penalizar uma senhora que passou na frente lá do Palácio, não fez nada, não jogou uma pedra e receber 17 anos de pena para regime fechado', disse

Por Camila Turtelli — Brasília



Presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta em seu gabinete — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que os atos de 8 de janeiro não foram uma tentativa de golpe e defendeu que não haja "exagero" na punição aos condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

— Foi uma agressão às instituições, uma agressão inimaginável, ninguém imaginava que aquilo pudesse acontecer. Ninguém imaginava que aquilo pudesse acontecer. Quer dizer que foi um golpe? Golpe tem que ter um líder, golpe tem que ter uma pessoa estimulando, apoio de outras instituições interessadas, como as Forças Armadas. E não teve isso. Ali foram vândalos, baderneiros, que queriam demonstrar sua revolta achando que aquilo ali poderia resolver talvez com o não prosseguimento do mandato do presidente Lula.— disse Motta em entrevista à rádio Arapuan FM, de João Pessoa.

O presidente da Câmara também defendeu que não haja "exagero" nas punições contra os condenados do 8 de janeiro, em relação a pessoas que não cometeram "atos de tanta gravidade".

—Você não pode penalizar uma senhora que passou na frente lá do Palácio, não fez nada, não jogou uma pedra e receber 17 anos de pena para regime fechado. Há um certo desequilíbrio nisso. Nós temos de punir as pessoas que foram lá que quebraram que depredaram, essas pessoas sim, precisam e devem ser punidas para que isso não aconteça novamente. Mas entendo que não dá para exagerar no sentido das penalidades com quem não cometeu atos de tanta gravidade— complementou Motta.

Em entrevista ao GLOBO, Motta afirmou que a proposta que trata sobre a anistia dos condenados, em tramitação no Congresso, é de difícil consenso e que o tema cria tensão com o STF e Executivo.

—Não podemos inaugurar o ano legislativo gerando mais instabilidade. Teremos de, em algum momento, em diálogo com o Senado, combinar como faremos com esse tema. Vamos sentindo o ambiente na Casa. Não faremos uma gestão omissa. Enfrentaremos os temas, mas com responsabilidade e sem tocar fogo no país—disse.

Ele afirmou ainda que pautar o projeto não foi condição imposta pelo ex-presidente Jair Bolsonaro para que o seu partido, o PL, apoiasse sua eleição para a presidência da Câmara, mas que ele pediu que não houvesse empecilho para sua tramitação.

—Fomos instados por ambos os lados. Na conversa que eu tive com o presidente Bolsonaro, em um determinado momento, ele falou: "Eu queria que, se houver o acordo no colégio de líderes e se houver o ambiente na Casa, você não prejudique a pauta da anistia". Na reunião com o PT, falaram: "Olha, essa pauta da anistia não pode andar. É uma pauta ruim e é uma pauta que nós não concordamos". A nossa eleição foi construída do ponto de vista de uma convergência. Vamos sentindo o ambiente na Casa para que, a partir daí, se decida— afirmou Motta ao GLOBO.

Economia

O presidente da Câmara voltou a afirmar que terá uma postura colaborativa com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mas disse que o governo precisa rever seus gastos e que não há clima para se votar projetos que elevem a taxa de impostos.

—Espero que governo se conscientize que para corrigir os rumos da economia é preciso rever a qualidade do gasto, rever despesa, é isso que fará com que o Brasil vença esse período de incerteza em relação à economia—disse.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 07/02/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

CÁLCULOS DA PREVI INDICAM QUE QUASE METADE DA PERDA DE R\$ 14 BI EM FUNDO DE PENSÃO VEIO DA VALE

Da perda verificada até novembro, R\$ 6,2 bi decorrem de derretimento das ações da mineradora, segundo a Previ; TCU determinou auditoria por suspeitas de má gestão
Por Mariana Carneiro

BRASÍLIA – A queda no valor das ações da Vale no ano passado respondeu por quase metade da perda de R\$ 14 bilhões verificada no fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil (Previ), que está na mira do Tribunal de Contas da União (TCU). Cálculos internos da Previ, aos quais o Estadão teve acesso, indicam que o plano 1 do fundo perdeu R\$ 6,2 bilhões com a desvalorização das ações da empresa até novembro.

As ações da Vale representam 45% do total de ativos em renda variável do plano 1, o mais antigo da Previ, com mais de 106 mil participantes.

É por meio dessas ações que o fundo de pensão exerce influência na mineradora – há dois indicados da Previ no conselho de administração da Vale. Em dezembro, dado mais recente, o fundo de pensão era o investidor de referência com maior participação na companhia, com 8,75% do controle da empresa.

As ações da Vale caíram 23% em 2024, em razão de quedas de preços do minério de ferro no mercado internacional e com a tentativa frustrada de interferência do governo Lula no tumultuado processo de sucessão presidencial da companhia.

Da perda de R\$ 14 bilhões verificada até novembro, R\$ 6,2 bilhões decorrem desse derretimento das ações da mineradora, segundo fontes do fundo de pensão estatal.



As ações da Vale representam 45% do total de ativos em renda variável do plano 1, o mais antigo da Previ, com mais de 106 mil participantes. Foto: Fabio Motta

Outro ativo em renda variável que deu prejuízo à Previ foi a Neoenergia, que provocou uma perda de R\$ 400 milhões ao plano 1. Outros ativos, como BRF e Petrobras, que também integram a carteira de ações do plano, contribuíram positivamente com R\$ 1 bi e R\$ 800 milhões, respectivamente – o que ajudou a mitigar o efeito negativo da queda da Vale.

O resultado em renda variável do plano, no entanto, ficou negativo em R\$ 5,5 bilhões. Para a Previ, resposta da própria volatilidade que dominou o mercado de ações em 2024.

As contas estão sendo feitas para rebater suspeitas de má gestão levantadas pelo TCU, que na última quarta-feira, 6, determinou uma auditoria “urgentíssima” no fundo de pensão.

O ministro Walton Alencar Rodrigues afirmou que o desempenho do fundo de pensão em 2024 foi “pífio”, ao registrar uma perda de R\$ 14 bilhões no plano 1 até novembro. Em novembro de 2023, o plano era superavitário em R\$ 14,5 bilhões. Um ano depois, o resultado passou a R\$ 529 milhões.

A Previ é comandada por João Fukunaga, egresso do Sindicato dos Bancários de São Paulo e que chegou ao posto de presidente no atual governo Lula. Sua indicação é atribuída ao ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, também originário do movimento sindical dos bancários.

A escolha de Fukunaga para o cargo foi objeto de processo no TCU, que questionou seu preparo para a função. Deste caso, resultou o pedido de auditoria ainda em agosto. Com a decisão desta semana, o tribunal acelera o processo de pente-fino sobre o fundo de pensão.

A alegação de Walton Alencar é que um eventual prejuízo da Previ pode recair sobre o patrocinador do fundo, o Banco do Brasil, como ocorreu no passado com a Petros (dos funcionários da Petrobras) e o Postalís (Correios).

A Previ questiona as críticas do TCU, argumentando que a perda de R\$ 14 bilhões não levou o plano 1 de previdência ao vermelho – ele segue superavitário, ainda que com uma folga bem menor. Isso afasta o risco de necessidade de contribuições adicionais dos participantes para equacionar um resultado negativo que poderia comprometer pagamentos futuros a aposentados e pensionistas.

A alegação é que, ao contrário de outros fundos de pensão estatais, a Previ nunca demandou contribuição extra de seus participantes, nem nos piores anos da Operação Greenfield, que investigou entre 2016 e 2020 perdas bilionárias dos fundos de pensão ocasionadas por investimentos alinhados à política governamental.

Em 2021, o então procurador-geral da República, Augusto Aras, encerrou a Greenfield com a recuperação de R\$ 12 bilhões aos cofres da União, cerca de um quinto das perdas estimadas quando a investigação foi iniciada.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 07/02/2025

HADDAD DIZ QUE É PRECISO CALIBRAR JUROS PARA CONTROLAR A INFLAÇÃO SEM JOGAR ECONOMIA NUMA RECESSÃO

Para ministro, política monetária é como antibiótico: precisar dar na dose certa e na hora certa; “precisa de muita sabedoria”

Por Amanda Pupo (Broadcast) e Fernanda Trisotto (Broadcast)

BRASÍLIA - O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta sexta-feira, 7, que é preciso muita sabedoria para conduzir a política monetária e calibrar a dose correta dos juros para conseguir controlar a inflação sem impactar negativamente a economia. Ele concedeu entrevista à rádio Cidade, de Caruaru (PE), e foi questionado sobre o atual patamar de juros – a Selic está em 13,25% ao ano – e as críticas recorrentes do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao ex-presidente do Banco Central Roberto Campos Neto.

Haddad disse que o patamar de juros pode ajudar ou atrapalhar a economia, o que “depende da hora e depende da dose”.



Ministro da fazenda, Fernando Haddad, diz que política monetária exige muita sabedoria para você conduzir Foto: WILTON JUNIOR

“Se você está tendo um repique inflacionário, você precisa corrigir. O remédio para corrigir a inflação é muitas vezes você aumentar a taxa de juros para inibir a alta de preços. Agora tudo isso tem de ser feito da maneira correta, na dose certa. Isso é que nem um antibiótico. Você não pode tomar a cartela inteira num dia, nem pular o horário nem tomar mais do que você precisa. Nem menos, nem mais do que você precisa.

Então a política monetária tem de ter muita sabedoria para você conduzir”, disse.

Haddad disse que é preciso observar a atividade econômica, para que a política monetária não gere problemas, como jogar o País em uma recessão ou gerar instabilidade em transações correntes com o exterior. “Às vezes você aumenta para desaquecer um pouco a economia, porque, se estiver muito aquecida, os preços vão aumentar.”

O BC foi mais duro na última ata do Comitê de Política Monetária (Copom), ao citar que “o esmorecimento no esforço de reformas estruturais e disciplina fiscal, o aumento de crédito direcionado e as incertezas sobre a estabilização da dívida pública têm o potencial de elevar a taxa de juros neutra da economia, com impactos deletérios sobre a potência da política monetária e, conseqüentemente, sobre o custo de desinflação em termos de atividade” e cobrou pela harmonização das políticas monetária e fiscal.

O governo reconhece. Em entrevista ao Estadão/Broadcast, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, reforçou a necessidade de trabalho conjunto e disse haver consciência da necessidade de desacelerar a economia para a convergência da inflação.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 07/02/2025

HADDAD DIZ QUE ‘DÓLAR ESTÁ PERDENDO FORÇA ANTE O REAL’ E VAI AJUDAR A REDUZIR PREÇO DE ALIMENTOS

Ele destacou que a eleição de Donald Trump, nos EUA, provocou a valorização da moeda no mundo inteiro; também disse que governo está tomando providências para reduzir o custo de vida da população

Por Amanda Pupo (Broadcast) e Fernanda Trisotto (Broadcast)

BRASÍLIA - O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a afirmar nesta sexta-feira, 7, que o dólar está perdendo força ante o real e que isso vai ajudar a reduzir o preço dos alimentos no médio prazo. Em entrevista à rádio Cidade, de Caruaru (PE), o ministro foi questionado sobre a declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que ontem pediu que a população não comprasse itens que estão caros. Em resposta, Haddad repetiu que Lula retomou a política de valorização do salário mínimo e aprovou a reforma tributária que irá isentar a cesta básica.

“Agora, no final do ano passado, tivemos uma ocorrência, que foi a eleição do Trump nos Estados Unidos. E isso fez com que o dólar se valorizasse no mundo inteiro. As moedas perderam valor. Agora, se você acompanhar o que está acontecendo, o dólar está perdendo força”, disse Haddad, relembando também o Plano Safra e a expectativa de colheita recorde neste ano.



Haddad disse que governo vai continuar tomando as medidas para aumentar o salário mínimo, corrigir a tabela do Imposto de Renda e melhorar o poder de compra do salário Foto: WILTON JUNIOR

“Vamos colher como nunca colhemos alimentos e também grãos e tudo mais. Tem o ciclo do boi também no final. Isso tudo vai ajudar a normalizar essa situação”, afirmou Haddad, voltando a lembrar e criticar a gestão Bolsonaro.

“E todos os preços hoje – mesmo tendo sido elevados no último período em função desses fatores, seca, inundação no Rio Grande do Sul, dólar, elei o do Trump e tudo mais – ainda estão abaixo do que o presidente Lula herdou do governo Bolsonaro”, disse o ministro. “Então, vamos continuar tomando as medidas de aumentar o s lrio mínimo, corrigir a tabela do Imposto de Renda, melhorar o poder de compra do s lrio, baixar o dólar e melhorar a



safrá para combater os preços altos”, disse Haddad, acrescentando que ele e o PT reconhecem que há “muito” o que recuperar no Brasil.

Haddad disse que o governo Lula está tomando providências para reduzir o custo de vida da população. Ao ser questionado sobre o preço dos alimentos e o valor do salário mínimo, Haddad comparou as ações da gestão atual com a dos ex-presidentes Jair Bolsonaro e Michel Temer, quando, segundo o ministro, o “salário mínimo ficou congelado durante sete anos”.

Durante o governo dos ex-presidentes Temer e Bolsonaro, o salário mínimo aumentou, mas o crescimento não superou a inflação – ou seja, não houve crescimento real.

Haddad também mencionou durante a entrevista concedida hoje a promessa de Lula de ampliar a faixa de isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil por mês.

“Desde que Lula assumiu, em apenas dois anos, o salário que estava em R\$ 1.100 foi a R\$ 1.508. Obviamente que não consegue corrigir sete anos de má administração em dois, mas o Lula já começou a política de valorização do salário mínimo, sob protesto do pessoal da direita. O pessoal que ataca o presidente Lula não queria o reajuste acima da inflação, mas Lula bancou essa proposta, e corrigiu a tabela do Imposto de Renda, há sete anos congelada”, disse Haddad.

Tributação dos mais ricos

Ele afirmou que o governo vem corrigindo uma série de distorções nas contas públicas, inclusive tributando mais as camadas mais ricas da população. Haddad afirmou que os ricos foram muito favorecidos com isenção de impostos e esse quadro está sendo alterado.

“Havia muito benefício fiscal para empresário rico. Os ricos foram muito favorecidos com isenção de impostos e a gente está corrigindo isso, porque um fundo em paraíso fiscal não pagava imposto no Brasil e o governo anterior não teve a coragem de cobrar imposto de quem tinha fundo em paraíso fiscal. O presidente Lula corrigiu isso”, disse Haddad.

“Ao mesmo tempo que aumentava a faixa de isenção do Imposto de Renda, ele cobrava para compensar de quem não pagava, milionários, bilionários que não pagavam e que estavam com dinheiro inclusive fora do Brasil.” Apesar de as propostas terem sido anunciadas, elas ainda não foram apresentadas.

Déficit público

O ministro ainda disse que, ao longo de 2024, o governo corrigiu as distorções do déficit público. “O déficit acumulado nos dois governos anteriores foi de quase R\$ 2 trilhões. A dívida pública subiu muito, desde que o presidente Lula deixou a presidência da República. Estamos hoje corrigindo essa questão do déficit público”, disse o ministro.

Em 2024, o governo cumpriu a meta de resultado primário. Apesar de mirar um resultado neutro, o déficit de 0,09% do PIB no ano passado (que exclui os gastos extraordinários com o Rio Grande do Sul) está dentro do intervalo de tolerância da meta, que é de 0,25 ponto porcentual para mais ou para menos. Já a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) ficou em 76,1% em dezembro.

Cesta básica

O ministro também citou a reforma tributária ao lembrar da isenção da cesta básica que passará a valer no novo sistema. “A partir de 2027 os governadores não poderão mais cobrar ICMS da cesta básica, governadores sobretudo no Sudeste cobram imposto sobre a cesta básica, e aprovamos reforma inclusive para acabar com ICMS da carne”, respondeu o ministro, para quem o reajuste do salário acima da inflação, a correção da tabela do imposto de renda e a reforma tributária irão melhorar a vida da população, “sobretudo no Nordeste”.

O chefe da equipe econômica ainda destacou números positivos dos últimos dois anos, como a geração de três milhões de postos de trabalho. “O que acabo de dizer é que o presidente Lula não só

isentou a cesta básica como vai impedir cobrança de impostos pelos Estados. A primeira providência de Lula foi zerar os impostos da cesta básica”, disse Haddad, se referindo à reforma que ainda não está em vigor e começa a ter seus primeiros efeitos em 2027.

Combustível

Haddad repetiu suas críticas ao governo Bolsonaro ao ser questionado sobre o preço dos combustíveis, dessa vez citando a privatização de refinarias feita durante a gestão passada. “Quando você privatiza uma refinaria, ela vai gerar lucro para quem comprou [...] Você lembra que os postos de gasolina da BR eram da Petrobras, hoje não são mais da Petrobras, o Bolsonaro vendeu. Então, a gente tem de ter clareza de que você não conserta um país destruído em dois anos”, afirmou Haddad.

O ministro também argumentou que os preços do diesel e da gasolina acabaram influenciados pela alta do dólar, atribuída por Haddad à eleição de Donald Trump nos Estados Unidos. “E você sabe que a gente importa gasolina e diesel, então isso tem reflexo no preço. Agora, de novo, compara com o preço de dois anos atrás, o preço hoje da gasolina e do diesel no posto está mais baixo do que de dois anos atrás”, respondeu.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 07/02/2025

ENERGIA EÓLICA DOS EUA ENFRENTA ENORMES DESAFIOS DIANTE DAS REPRESSIONES DE TRUMP

Presidente americano suspendeu as aprovações federais para novos parques eólicos, em uma medida que poderia afetar projetos em terra e no oceano

Por Brad Plumer (The New York Times)

O presidente Trump lançou um amplo ataque contra o setor de energia eólica nos Estados Unidos, com uma ordem executiva abrangente que poderia bloquear não apenas novos parques eólicos offshore nos oceanos Atlântico e Pacífico, mas potencialmente muitos parques eólicos menores em terras federais e até mesmo em propriedades privadas em todo o país.

A ordem de Trump suspenderia todos os arrendamentos de terras e águas federais para novos parques eólicos enquanto se aguarda uma nova análise do setor pelo governo. Também determina que as agências federais parem de emitir licenças para todos os parques eólicos em qualquer lugar do país por enquanto, uma medida que poderia interromper projetos em terras privadas, que precisam às vezes de licenças federais para a vida selvagem ou outras licenças ambientais.

Embora a ordem não exija o congelamento dos projetos eólicos que já estão em construção, Trump instruiu o Procurador-Geral dos EUA e o Secretário do Interior a explorar a possibilidade de “rescindir ou alterar” quaisquer arrendamentos que já tenham sido emitidos. Isso significa que os projetos que já receberam aprovações federais poderão enfrentar novos obstáculos.



Parque eólico South Fork fica a cerca de 35 milhas (aprox. 56 quilômetros) da costa de Montauk, NY Foto: Joe Buglewicz/NYT

Em conjunto, as medidas podem ser devastadoras para o setor eólico dos EUA, que fornece 10% da eletricidade do país e é uma importante fonte de energia em Estados liderados pelos republicanos, como Iowa, Oklahoma e Texas. Atualmente, o setor eólico tem quase 40 gigawatts de projetos – o suficiente para abastecer dezenas de milhões de residências – em desenvolvimento no Oceano Atlântico e em Estados como Wyoming, Montana e

Dakota do Norte.

O governo Biden aprovou licenças para 11 parques eólicos em escala comercial ao longo da costa do Atlântico. Cinco deles estão em construção e um já foi concluído. Mas Estados do leste, como Nova York e Massachusetts, esperavam construir ainda mais projetos eólicos offshore para atingir suas metas de energia renovável. Essas metas agora estão em perigo.

O setor eólico criticou duramente a ordem de Trump, dizendo que ela era contrária a outra declaração feita pelo presidente de que o país estava em uma “emergência energética” e precisava de toda a eletricidade possível para alimentar novos data centers e fábricas.

“A energia eólica é um elemento essencial de nossa capacidade de atender à crescente demanda de eletricidade para fábricas e centros de dados fundamentais para a segurança nacional”, disse Jason Grumet, executivo-chefe da American Clean Power Association, um grupo comercial do setor de energias renováveis. “A possibilidade de o governo federal tentar se opor ativamente à produção de energia por empresas americanas em terras privadas está em desacordo com o caráter de nossa nação e com nossos interesses nacionais.”

Trump tem sido um crítico fervoroso da energia eólica há anos, desde que tentou, sem sucesso, impedir que um parque eólico offshore fosse construído em frente a um de seus campos de golfe escoceses. Em um discurso logo após sua posse, o presidente iniciou uma longa diatribe contra as turbinas eólicas.

“Não vamos fazer a coisa do vento”, disse Trump a uma multidão de apoiadores na arena Capital One, em Washington. “Moinhos de vento grandes e feios estragam sua vizinhança.”

Sua ordem para uma ampla repressão a novos parques eólicos aumenta os desafios crescentes do setor.

Embora a energia eólica continue sendo uma das fontes de eletricidade que mais crescem nos Estados Unidos, esse crescimento diminuiu nos últimos anos devido ao aumento dos custos e às altas taxas de juros. Muitas empresas eólicas estão enfrentando atrasos na garantia de conexões com a rede, bem como a oposição de comunidades rurais preocupadas com as interrupções causadas por novas turbinas do tamanho de arranha-céus. Mais de 400 condados impuseram restrições ou proibições locais às turbinas eólicas até o momento, incluindo grande parte do Tennessee e Kentucky.

Os desenvolvedores de projetos eólicos offshore - que são maiores, mais complicados e mais caros - também têm enfrentado dificuldades com o aumento de despesas e obstáculos na cadeia de suprimentos.

Mesmo antes de Trump assinar sua ordem executiva, a Orsted, a maior desenvolvedora de energia eólica offshore do mundo, disse que daria baixa em cerca de US\$ 1,7 bilhão (R\$ 2,89 bilhões) em projetos na costa leste dos Estados Unidos. A empresa atribuiu o revés às taxas de juros mais altas nos Estados Unidos, que elevaram os custos dos projetos da empresa, bem como aos atrasos na construção do Sunrise Wind, um grande projeto em Montauk, Nova York.

Mads Nipper, executivo-chefe da Orsted, atribuiu a baixa contábil ao “setor imaturo e nascente” nos Estados Unidos, que não concluiu grandes parques eólicos offshore, em comparação com muitos projetos desse tipo na Europa.

A ordem de Trump tornará isso ainda mais difícil, disseram os especialistas. A possibilidade de Trump tentar desfazer os arrendamentos e projetos já aprovados pelo governo Biden também poderia criar um obstáculo mais duradouro para o setor.

A ordem “pode ter implicações negativas além do mandato de Trump, porque os desenvolvedores de projetos podem ficar receosos de investir em um setor de capital intensivo que enfrenta um alto risco



eleitoral demonstrável”, disse Timothy Fox, diretor administrativo da ClearView Energy Partners, uma empresa de consultoria.

A ordem executiva instruiu as agências federais a realizar uma revisão “abrangente” das práticas federais de licenciamento eólico, incluindo o estudo dos efeitos ecológicos das turbinas eólicas sobre pássaros e mamíferos marinhos. Trump tem insistido que os parques eólicos offshore estão matando baleias ameaçadas de extinção no Oceano Atlântico, embora os cientistas tenham dito que não encontraram evidências que comprovem isso.

A ordem também traz novas incertezas jurídicas para o setor. O governo Biden vinha defendendo projetos eólicos que enfrentam desafios legais de oponentes locais, incluindo Revolution Wind e South Fork, perto de Rhode Island, o projeto Coastal Virginia Offshore Wind e o Maryland Offshore Wind Project.

Mas a ordem executiva de Trump torna improvável que o governo continue a defender vigorosamente esses projetos nos tribunais, disse Fox.

“Muitos projetos de energia eólica offshore foram aprovados ou estão próximos da aprovação após anos de análises”, disse Erik Milito, presidente da National Ocean Industries Association, que representa empresas de petróleo, gás e energia eólica que trabalham em alto-mar. “Em qualquer setor emergente, mesmo pequenos atrasos podem levar a retrocessos de vários anos, resultando em gargalos e custos mais altos que, em última análise, afetam os consumidores de energia.”

Os planos para turbinas eólicas flutuantes na costa da Califórnia e no Golfo do Maine, por exemplo, ainda não receberam aprovação federal e correm o risco de serem interrompidos.

Como parte de sua ordem, Trump emitiu uma moratória sobre o Projeto Eólico Lava Ridge, um desenvolvimento de 231 turbinas em terras federais em Idaho que seria visível a partir de um local histórico da Segunda Guerra Mundial e que tem sofrido oposição de toda a legislatura estadual. Esse projeto já havia recebido licenças durante o governo Biden.

Os oponentes dos projetos de energia eólica offshore - que geralmente incluem pescadores preocupados com a interrupção das operações, proprietários de terras preocupados com a deterioração das vistas e alguns grupos ligados ao setor de combustíveis fósseis - aplaudiram as ordens executivas de Trump.

“Somos gratos pelo fato de o novo governo estar protegendo nosso comércio icônico e multigeracional de empresas estrangeiras de energia e agências que destroem nosso modo de vida”, disse Jerry Leeman, executivo-chefe da New England Fishermen’s Stewardship Association, que se opõe aos projetos eólicos offshore.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 07/02/2025



VALOR ECONÔMICO (SP)

PSB E PDT COBRAM ESPAÇOS MAIS RELEVANTES NA ESPLANADA

Parlamentares dos dois partidos demonstram ressentimento por avaliarem que o presidente não está valorizando o que as bancadas estão entregando

Por Marcelo Ribeiro e Murillo Camarotto — De Brasília

Enquanto o governo articula para contemplar o Centrão em uma reforma ministerial, lideranças do PSB e do PDT - duas siglas historicamente mais próximas ao PT - cobram do Palácio do Planalto

espaços mais relevantes no primeiro escalão do Executivo. Nos bastidores, parlamentares influentes dos dois partidos demonstram ressentimento por avaliarem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não está valorizando o fato de suas bancadas federais entregarem praticamente a totalidade de seus votos a favor do governo, o que não ocorre entre nomes do Centrão.

“Temos uma identificação de pauta com o governo Lula, somos historicamente ligados ao PT. O Centrão tem uma relação de conveniência com o governo. É preciso que eles nos valorizem, porque certamente o nosso apoio a uma eventual reeleição de Lula está mais garantido aqui do que lá no Centrão”, avaliou um parlamentar do PDT.

No mesmo sentido, um pessebista cita recentes críticas públicas de dirigentes de legendas de centro ao governo e sinalizações de que podem não caminhar com Lula na corrida presidencial de 2026.

A insatisfação dos dois grupos deve atrasar a reforma, avaliam aliados de Lula. Segundo interlocutores do presidente, o tempo extra será necessário para que a equação final não deixe ninguém “com a sensação de ter sido escanteado ou até mesmo esquecido”.

No PSB, a irritação está ainda ligada ao risco de que a legenda perca mais espaço na Esplanada, diante dos rumores de que o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) possa ser retirado do comando do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços para abrigar uma sigla do centro.

Essa representaria a segunda baixa em pouco mais de dois anos. O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que era filiado ao PSB, chefiou o Ministério da Justiça e Segurança Pública antes de assumir a vaga na Corte.

A eventual saída de Alckmin deixaria o PSB com apenas uma pasta: a de Empreendedorismo, hoje comandada por Márcio França. O órgão, avaliam deputados, tem orçamento “inexpressivo”.

Antes de assumir o ministério, França foi titular da pasta de Portos e Aeroportos, mas foi substituído por Silvio Costa Filho (Republicanos), que chegou ao posto em um movimento de Lula para contemplar a legenda de Marcos Pereira.

Uma fonte da cúpula do PSB afirma que o esvaziamento pode significar uma mudança de posicionamento do partido em relação à agenda do governo. “É o risco de o PSB ficar independente.”

A eventual ruptura, porém, é considerada remota pela ala majoritária do PSB, que defende uma postura crítica, mas descarta um desembarque da base.

A deputada Tabata Amaral (PSB-SP) é lembrada por correligionários como uma potencial escolha de Lula para compor a Esplanada dos Ministérios. O alvo preferencial seria o Ministério de Ciência e Tecnologia, atualmente sob comando de Luciana Santos (PCdoB), que migraria para a pasta da Mulheres no lugar de Cida Gonçalves (PT).

Nos bastidores, ministros reconhecem que a entrada de Tabata em Ciência e Tecnologia traria novas dificuldades para Lula resolver a equação da reforma, já que a pasta está na mira do União Brasil, que pode perder Turismo para o PSD.

No PDT, a insatisfação sobre a sub-representação na Esplanada será transmitida ao governo pelo líder do partido na Câmara, Mário Heringer (MG). Ele deve pedir pelo menos mais uma cadeira no primeiro escalão.

O Valor apurou que prevalece o sentimento de desprestígio e a avaliação de que a legenda foi convidada para compor a base apenas “para fazer número”. O único ministro da sigla é Carlos Lupi (PDT), à frente da Previdência Social.

Apesar do bom orçamento, o ministério faz poucas entregas na ponta, segundo pedetistas, fazendo com que o cargo não resulte em votos em eleições futuras.

Uma liderança do PDT afirmou que Heringer deve demonstrar que o partido tem caminhado junto com o governo, alertar sobre a insatisfação e sugerir que a legenda seja mais bem contemplada em reconhecimento à lealdade desde o início da gestão.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 07/02/2025

MINISTROS E ZEMA TROCAM FARPAS POR OBRAS DA BR-381

Por Cibelle Bouças, Valor — Belo Horizonte



BR-381 em Minas Gerais — Foto: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

O clima pouco amistoso entre o governo de Minas Gerais e o governo federal voltou a ficar evidente nesta quinta-feira (6), quando foi realizado o evento de início das obras na BR-381, no trecho entre Belo Horizonte e Governador Valadares (MG).

Em discurso durante o evento, em Belo Oriente (MG), divulgado no perfil do governador nas redes sociais, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), rebateu as críticas feitas pelo presidente Lula (PT) há

duas semanas, quando o governador faltou à cerimônia de assinatura da concessão da BR-381, em Brasília.

"Toda vez que for movimentar máquinas a minha agenda prioritária vai ser estar do seu lado. O que nós queremos é investimento nas rodovias mineiras", disse o governador ao ministro dos Transportes, Renan Filho.

Zema também citou as obras do metrô de Belo Horizonte, projeto que foi assinado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), mas só realizado a partir de 2024. "Diversas vezes o Metrô de Belo Horizonte foi anunciado que seria expandido, que receberia melhorias e ficou só no discurso. Até que finalmente no ano passado, juntamente com o governo federal nós demos início às obras", afirmou o governador.

O ministro dos Transportes rebateu. "No último ano do governo anterior foram investidos R\$ 250 milhões nas rodovias de Minas. Em 2024, nós investimos R\$ 750 milhões nas estradas do Estado e em 2025 vamos investir mais de R\$ 1 bilhão", disse Renan Filho.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), que também participou do evento, disse a jornalistas que considera importante que o governador acompanhe as obras. "Eu espero que ele [Zema] tenha mudado o comportamento a partir de hoje", afirmou Silveira.

Pela manhã, o ministro defendeu o nome do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para concorrer ao governo de Minas Gerais em 2026. "Meu desejo pessoal já é público. Seria uma grande alegria vê-lo disputar o governo do Estado. Lula entende que ele é o melhor candidato", disse. O ministro acrescentou: "infelizmente, apesar de toda orientação que o presidente nos dá de trabalhar de forma harmônica e republicana com os Estados e municípios, nós temos tido muita dificuldade de trabalhar com o governo de Minas Gerais".

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 07/02/2025

MAERSK REVERTE PREJUÍZO E TEM LUCRO DE MAIS DE US\$ 2 BILHÕES NO 4º TRIMESTRE

Por Dow Jones — Barcelona

A receita trimestral chegou a US\$ 14,59 bilhões, um aumento de 24% no ano, já que a interrupção contínua nas rotas de transporte no Mar Vermelho elevou as taxas de transporte em 38% no trimestre



O segmento oceânico da Maersk, seu negócio de transporte de contêineres e a maior divisão da empresa, registrou um aumento de 39% na receita no período — Foto: Reprodução

A dinamarquesa A.P. Moeller-Maersk teve um lucro líquido melhor do que o esperado no quarto trimestre, já que interrupções no transporte marítimo do Mar Vermelho apoiaram taxas de frete mais altas.

A empresa de transporte marítimo dinamarquesa disse que obteve US\$ 2,085 bilhões em lucro líquido no trimestre, em comparação com um prejuízo líquido

de US\$ 436 milhões há um ano, quando um excesso de oferta de capacidade de carga pesou nas taxas de frete.

A receita trimestral chegou a US\$ 14,59 bilhões, um aumento de 24% no ano, já que a interrupção contínua nas rotas de transporte no Mar Vermelho elevou as taxas de transporte em 38% no trimestre.

O resultado se compara às expectativas dos analistas de US\$ 1,31 bilhão em lucro líquido e US\$ 13,89 bilhões em receita, de acordo com um consenso da Visible Alpha.

O segmento oceânico da Maersk, seu negócio de transporte de contêineres e a maior divisão da empresa, registrou um aumento de 39% na receita no período.

A empresa anunciou um dividendo de 1.120 coroas dinamarquesas e o início de um programa de recompra de ações de até cerca de US\$ 2 bilhões.

A empresa disse que para 2025 está almejando de US\$ 6 bilhões a US\$ 9 bilhões em lucros subjacentes antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês), até US\$ 3 bilhões em lucros subjacentes antes de juros e impostos (Ebit, na sigla em inglês).

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 06/02/2025

SANTOS BRASIL MOVIMENTOU 125,4 MIL CONTÊNERES EM JANEIRO, ALTA DE 11,9% NA COMPARAÇÃO ANUAL

Por Rodrigo Carro, Valor — São Paulo

No Tecon Santos, a movimentação no primeiro mês do ano foi de 113,86 mil contêineres, enquanto nos terminais de Imbituba e Vila do Conde, de 7,69 mil e 3,85 mil



Santos Brasil: volume total de veículos movimentados foi de 14,02 mil unidades em janeiro, alta anual de 32,4% — Foto: Anna Carolina Negri/Valor

A Santos Brasil movimentou 125,41 mil contêineres em janeiro, alta de 11,9% em relação a igual mês do ano passado. Do total movimentado, 100,48 mil foram contêineres cheios e 24,93 mil, vazios. Outros 17,7 mil contêineres armazenados em terminais portuários

da companhia.

No Tecon Santos, a entrega no primeiro mês do ano foi de 113,86 mil contêineres, enquanto nos terminais de Imbituba e Vila do Conde, a entrega foi de 7,69 mil e 3,85 mil contêineres, respectivamente.

O volume total de veículos movimentados foi de 14,02 mil unidades em janeiro, alta anual de 32,4%, sendo que 13,39 mil foram exportados e 663 unidades, importadas.

Nos terminais de líquidos, a Santos Brasil movimentou 76,87 mil metros cúbicos no mês passado, uma retração de 1,5% em relação a janeiro de 2024.

A companhia ainda armazenou 6,2 mil contêineres nas operações logísticas, alta de 3,9% na comparação anual, e movimentou 8,35 mil "pallets" em centros de distribuição, queda de 85,7% na mesma base de comparação.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 06/02/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

MPOR PLANEJA CONCESSÃO DA HIDROVIA DO PARAGUAI AINDA EM 2025

Por Danilo Oliveira Navegação 06/02/2025 - 22:27



Ministério pretende encaminhar ao TCU, até agosto, os estudos que estão em consulta pública na Antaq. Modelagem prevê R\$ 64 milhões de investimentos em 15 anos. Costa Filho sugeriu prazo de até 25 anos para atrair mais investidores ao projeto

O governo pretende encaminhar ao Tribunal de Contas da União (TCU), até agosto, o projeto de concessão da Hidrovia do Rio Paraguai ao setor privado. Os estudos vigentes estão em consulta pública na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) até o próximo dia 23 de fevereiro. Durante audiência pública

na sede da agência, em Brasília, nesta quinta-feira (6), o ministro Sílvio Costa Filho disse que a previsão da pasta é realizar o leilão da primeira concessão hidroviária do Brasil em novembro ou, mais tardar, em dezembro deste ano.

A modelagem proposta para a concessão da Hidrovia do Paraguai prevê R\$ 64 milhões de investimento e R\$ 14 milhões/ano de gasto operacional (R\$ 212 milhões se o tempo de concessão for de 15 anos). Os estudos em discussão preveem duas diferentes tarifas de referência e um 'degrau tarifário' para os trechos de Porto Murtinho (MS) à Foz do Rio Apa (MS) e de Corumbá (MS) à foz do Rio Apa (MS), que somam 600 quilômetros de extensão.

O secretário de estudos e projetos hidroviários (SEPH) da Antaq, Bruno Pinheiro, explicou que não haverá cobrança até o concessionário concluir a primeira fase dos investimentos. Depois, o futuro responsável pelo corredor hidroviário poderá cobrar 70% da tarifa teto definida no leilão e 100%, quando concluir a segunda fase dos aportes.

Na abertura da audiência, Costa Filho sugeriu que o prazo de concessão seja ampliado para 20 ou 25 anos, a fim de gerar mais atratividade para interessados nesse investimento. "Teremos ganhos significativos para escoamento da produção daquela região", afirmou. O ministro estima que o relatório da Antaq, a ser elaborado pelo diretor Alber Vasconcelos, seja entregue ao MPor entre 15 e



20 dias após a consulta pública. Na sequência, a pasta vai analisar os estudos e submetê-los estudos à Corte de Contas.

A cesta de serviços obrigatórios prevista na modelagem inclui: dragagem, derrocamento do Canal do Tamengo, monitoramento hidrográfico, sinalização e balizamento náutico, gestão e operação do tráfego aquaviário e gestão ambiental. O escopo prevê comboios com 290 metros por 65m, em balsa tipo Mississipi, com calado mínimo de 2m (6,5 pés), durante todo o ano, e calado de 3,0m (10 pés) em 94% do tempo, conforme a zona de referência hidrológica contratual.

A movimentação pela bacia do Paraguai foi da ordem de 9 milhões de toneladas em 2023 e sofreu queda em 2024 por conta do período de estiagem. Os estudos projetam esse volume chegando a quase 30 milhões de toneladas em 2030, a partir da concessão, garantindo previsibilidade de condições de navegação. As projeções indicam que a movimentação será de aproximadamente 77,8% minério de ferro brasileiro, 7,4% de soja brasileira, 6,9% de soja boliviana, 3,7% de granéis líquidos para Bolívia, 2,7% manganês brasileiro e 1,4% de minério de ferro boliviano.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 06/02/2025

WILSON SONS INICIA TESTES COM DRONES EM SALVADOR

Da Redação Portos e logística 06/02/2025 - 21:44



A Wilson Sons iniciou, em janeiro, testes com drones para entregas e coletas em embarcações no Porto de Salvador (BA). O objetivo da arrendatária do terminal de contêineres local, é tornar as operações portuárias mais seguras, eficientes e sustentáveis. Os veículos aéreos não tripulados são da empresa Speedbird Aero, especializada no projeto, fabricação e operação de drones.

A diretora-executiva da Agência Marítima da Wilson Sons, Flávia Carvalho, avalia que a iniciativa se antecipa às transformações na dinâmica operacional do

setor portuário. Ela ressaltou que todas as autorizações e licenças necessárias para a operação foram obtidas com as autoridades competentes.

A Speedbird Aero, que também tem operações em Cingapura, é especializada em soluções de logística aérea não tripulada. Uma das tecnologias permite operação sem contato visual entre piloto e aeronave e sem necessidade de observador auxiliar para voos de longa distância. A empresa obteve a autorização da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para operar sistemas aéreos não tripulados (UAS) em 2022.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 06/02/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte: InforMS

Data: 07/02/2025



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 024/2025
Página 56 de 56
Data: 07/02/2025
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br